



**Ciência na periferia:
a Unesco, a
proposta de criação
do Instituto
Internacional da
Hiléia Amazônica e
as origens do Inpa**

*Science in the
periphery: Unesco,
the proposal to create
the International
Institute of the Hylean
Amazon and the
origins of Inpa*

Marcos Chor Maio e Magali Romero Sá

Av. Brasil, 4365
21045-900 Rio de Janeiro — RJ Brasil
maio@ax.apc.org
magali@fiocruz.br

Pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

MAIO, M. C. e SÁ, M. R.: 'Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa'.

História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. VI (suplemento), 975-1017, setembro 2000.

Este artigo aborda as tentativas feitas, entre 1945 e 1952, de se criar uma instituição científica na Amazônia, sobretudo a proposta do cientista Paulo Estevão de Berrêdo Carneiro de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA), com o patrocínio da Unesco. A literatura sobre o tema enfatiza o fracasso do IIHA em decorrência da ideologia nacionalista. Evitando operar com a idéia de êxito/fracasso, sugerimos que os impasses do projeto resultaram também de visões distintas acerca do papel social da ciência no pós-guerra. É destacada ainda a importância das disputas que surgiram nos primórdios da Unesco, quando a agência recém-criada objetivava implementar política de colaboração científica no plano internacional, acima das competições. Os percalços do plano IIHA devem-se também aos frágeis vínculos entre o projeto da Unesco e a comunidade científica brasileira. Contudo, o projeto do IIHA gerou um efeito não previsto: o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

PALAVRAS-CHAVE: Unesco, Amazônia, Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, história da ciência, comunidade científica, sociologia da ciência.

MAIO, M. C. e SÁ, M. R.: 'Science in the periphery: Unesco, the proposal to create the International Institute of the Hylean Amazon and the origins of Inpa'. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VI (supplement), 975-1017, September 2000.

This article focuses on efforts between 1945 and 1952 to create a scientific institute in the Amazon and, specifically, on the project designed by the Brazilian scientist Paulo Estevão de Berrêdo Carneiro. He intended to create with the support of Unesco the International Institute of the Hylean Amazon (IIHA). The literature on the topic has argued that the project met with failure because the prevailing nationalist ideology ran counter to the implementation of such an international institute in the Amazon. Eschewing the notion of success/failure, the present text suggests that the project ran into impasses for other reasons too. For one thing, actors disagreed on the social role of science in the post-World War II period. Another factor consisted of the international and regional disputes around the time of the creation of Unesco, when it wanted to enforce a policy of international scientific collaboration, outside the realm of competition. Lastly, the proposal encountered problems because of the fragile ties between the Unesco project and Brazil's scientific community. Nevertheless, the idea of establishing the IIHA was to bear unexpected fruit: the Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Inpa (National Amazon Research Institute).

KEYWORDS: Unesco, Amazon, International Institute of the Hylean Amazon, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, history of science, scientific community, sociology of science.

Introdução

Em meados da década de 1940, cientistas, intelectuais, militares e políticos da América Latina, dos Estados Unidos, e de países da Europa — Inglaterra, França, Holanda etc. — além de representantes de organizações internacionais (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura [Unesco], Organização das Nações Unidas [ONU], Organização Mundial de Saúde [OMS] etc.), voltaram suas atenções para a Amazônia, na tentativa de criar uma instituição científica na região. O mentor intelectual dessa notável rede de natureza científica e política foi o químico industrial brasileiro Paulo Estevão de Berrêdo Carneiro.

No segundo semestre de 1945, Carneiro elaborou o projeto de um centro de pesquisas franco-brasileiro, negociando-o simultaneamente com o governo Vargas e com o Institut Français des Hautes Études Brésiliennes (IFHEB), com sede em Paris. Diante do insucesso das primeiras investidas, no ano seguinte, submeteu à Unesco o plano de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA). Aprovada na primeira sessão da Conferência Geral da Unesco, em novembro de 1946, a proposta tomou-se um dos quatro principais pontos do programa daquela organização para 1947. O projeto IIHA passaria por caminhos bastante sinuosos até 1951.

A literatura sobre o tema, elaborada entre os anos 1940 e 1960, ora ressalta a oportunidade do projeto IIHA (Carneiro, 1951; Nunes, 1949; Ferreira, 1949) — em função da cooperação internacional que impulsionaria o desenvolvimento da Amazônia — ora condena a proposta da Unesco, com diversos matizes, por evidenciar, mais uma vez, a “cobiça internacional” sobre a região (Bernardes, 1951; Fonseca, 1958; Reis, 1972[1960]). Nessa condenação, não haveria diferenças substantivas entre posições ideológicas mais à direita ou mais à esquerda (Pereira, 1954).

Crampton (1972) dedicou-se ao estudo das relações entre o contexto nacionalista da década de 1950 no Brasil e a derrota do projeto IIHA. Segundo essa autora, a ampla frente política, sob a égide do nacionalismo, calcada na crítica à razão internacionalista da Unesco — razão essa que encobriria interesses imperialistas —, foi a pedra de toque que levou ao fracasso a tentativa de implementação do Instituto da Hiléia, por considerá-la uma ameaça à soberania nacional. Pesquisas realizadas na década de 1990, particularmente as dedicadas ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), que apresentam aspectos das origens dessa instituição — e, portanto, passam, obrigatoriamente, pelo projeto IIHA — reiteram argumentos produzidos nos decênios de 1950 e 1960 (Weigel, 1994; Gama, 1997). D’Araújo (1992, p. 47), analisando as políticas governamentais para a Amazônia, vê o frustrado projeto IIHA, patrocinado por uma agência internacional, como a exceção que confirmava a regra,

alicerçada na ideologia dominante da década de 1950, de que “o planejamento regional poderia fornecer os subsídios tão necessários à descoberta e à implementação de soluções de grande porte”.

Há consenso na literatura de que a proposta do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica foi um enorme fracasso em função da polarização política, da era do nacionalismo pós-Segunda Guerra, dos ditames da guerra fria e dos supostos interesses escusos que estariam sendo representados pela Unesco. Sem dúvida, a centralidade da politização do projeto IIHA não pode ser subestimada. Contudo, ela deve ser matizada em função do debate sobre a criação de um laboratório científico internacional na Amazônia e sua repercussão tanto na Unesco quanto nos países que estiveram envolvidos neste processo.

Este artigo introduz novos elementos para a análise do tema em questão,¹ ao trazer para a discussão as diferentes abordagens acerca do projeto IIHA. Resgata sua trajetória, buscando destacar os atores e as organizações comprometidas com as tentativas de desenvolvimento da ciência em países considerados periféricos e salienta os esforços para criar uma instituição científica na Amazônia entre os anos de 1945 e 1952.

Extensa análise das fontes documentais revela que as controvérsias em torno do projeto IIHA deveram-se, em primeiro lugar, aos diferentes posicionamentos dos variados agentes envolvidos na gestação da proposta em relação ao papel social da ciência no pós-guerra. Em segundo lugar, as disputas internacionais e regionais que surgiram no contexto dos primórdios da Unesco, período no qual a agência recém-criada objetivava implementar sua política de colaboração científica no plano internacional, procurando se situar acima das competições que se vislumbravam naquele momento. Em decorrência de sua incipiente institucionalização, a Unesco enfrentou, com dificuldade, os diversos interesses em jogo, que colocaram em questão o seu ideário universalista. Em terceiro lugar, os percalços da proposta do Instituto da Hiléia devem-se também aos frágeis vínculos estabelecidos entre o projeto da Unesco e a comunidade científica brasileira.

De início, buscamos identificar os elos de ligação entre a formulação da proposta original de Paulo Carneiro e sua trajetória individual, profissional e política. Em seguida, apresentamos os investimentos iniciais desse cientista quanto à sua utopia amazônica, no cenário nacional e internacional, e as disputas, contendas e impasses que informaram os caminhos trilhados pela proposta do Instituto da Hiléia. Ao final, evitando operar com a idéia de êxito/fracasso, analisamos brevemente um efeito não previsto pelos que envidaram esforços em prol do projeto IIHA: a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

O desafio euclidiano e a opção amazônica de Paulo Carneiro

Nos embates pela criação de uma instituição científica na Amazônia, Paulo Carneiro mobilizou contra os oponentes o escritor Euclides da Cunha. Mas, desafortunadamente, o autor de *Os sertões* legou obra incompleta sobre a Amazônia. Seu prometido *Paraíso perdido*, a outra face do sertão brasileiro, são estudos parciais nos quais se pode inferir um esforço de generalização, de uma nova interpretação do Brasil (Santana, 1998, pp. 185-99). Com base nos relatos dos viajantes-naturalistas, Euclides diagnosticava o caráter fragmentário do conhecimento acerca da região amazônica e sua gente. Informado por um projeto civilizatório, o engenheiro positivista reivindicava estudos abrangentes, pragmáticos, para dotar a Amazônia das marcas do progresso. A seu ver,

...de toda a América a paragem mais preslustrada dos sábios é a menos conhecida. De Humboldt a Emílio Goeldi — do alvorecer do século passado aos nossos dias, perquirem-na, ansiosos, todos os eleitos. Pois bem, lede-os. Vereis que nenhum deixou a calha principal do grande vale; e que ali mesmo cada um se acolheu, deslumbrado, no recanto de uma especialidade. Wallace, Mawe, W. Edwards, D'Orbigny, Martius, Bates, Agassiz, reduziram-se a geniais escrevedores de monografias.

A literatura científica amazônica, amplíssima, reflete bem a fisiografia da Amazônia: é surpreendente, preciosíssima, desconexa. Quem quer que se abalance a deletreá-la, ficará ao cabo desse esforço, bem pouco além do limiar de um mundo maravilhoso (Cunha, 1922 [1909], p. 8).

Paulo Carneiro acreditava que poderia responder ao “desafio euclidiano”, a partir de uma perspectiva ampla de conhecimento e intervenção na “mancha verde”. Declarava ter algumas das credenciais para isso. Cabe-nos ater, brevemente, à sua trajetória.

Paulo Carneiro (1901-81)² nasceu no Rio de Janeiro. Sua família tinha raízes nas elites políticas imperiais no Maranhão, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O ambiente familiar gerara políticos, diplomatas e cientistas. Seu pai, o positivista Mario Barbosa Carneiro, lutou pela abolição da escravidão e participou ativamente da fundação da República. Barbosa Carneiro foi funcionário do Ministério da Agricultura e junto, criou com o marechal Cândido Rondon, o Serviço de Proteção ao Índio. Chegou a ser ministro interino da Agricultura no primeiro governo Vargas.

Durante as décadas de 1920 e 1930, Paulo Carneiro combinou atividades de pesquisa e ensino. Ao se formar em 1927 em engenheiro químico na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, recebeu um prêmio que subsidiou seu curso de doutorado na Sorbonne. Permaneceu

em Paris até 1931 e trabalhou no laboratório de Química Biológica do Instituto Pasteur, sob a orientação de Gabriel Bertrand, especialista em pesquisas sobre as propriedades químicas de plantas como o café e o mate. A pesquisa de Carneiro versava sobre a composição química do guaraná (*Paullinia cupana*), planta originária da região equatorial da América do Sul. A escolha desse objeto de estudo mostrou a influência de seu antigo mestre da Escola Politécnica, Julio Lohman, Roquete-Pinto, amigo pessoal de Lohman e da família Carneiro, que já havia alertado para a importância do guaraná (Carneiro, 1931).

O interesse de Carneiro pela composição química de outros produtos naturais brasileiros persistiu depois do regresso ao Brasil, em 1931. Após rápida passagem como professor de química geral da Escola Politécnica, em 1933, ele foi convidado a dirigir o Departamento de Matérias-Primas Vegetais e Animais do recém-criado Instituto Nacional de Tecnologia (INT) subordinado ao Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria. Neste período, Carneiro passou a pesquisar as propriedades químicas e fisiológicas do curare, utilizando material original do Jardim Botânico, sobretudo amostras coletadas pelos botânicos Barbosa Rodrigues e Adolfo Ducke. Contou também com a colaboração do marechal Cândido Rondon e do coronel Renato Rodrigues, do Serviço de Proteção aos Índios (Carneiro, 1945, p. 28).

O estudo sobre o princípio ativo do curare foi interrompido em 1935, quando ele assumiu a Secretaria de Agricultura de Pernambuco, a convite do governador Carlos Lima Cavalcanti. Na direção do órgão, Carneiro criou o Instituto de Pesquisas Agronômicas e implementou políticas para a redução dos custos da alimentação do trabalhador, além de propor diversas reformas sociais no campo (Carneiro, 1935, pp. 7-14). Decorridos nove meses, demitiu-se do cargo, por causa da reação da elite agrária local às suas políticas sociais e do clima de fechamento político resultante da frustrada Intentona Comunista de 1935. No início de 1936, voltou à França para retomar sua pesquisa sobre o curare no Instituto Pasteur. Assumiu também o cargo de representante do escritório comercial do Brasil na França.

Com o apoio de seu antigo orientador Gabriel Bertrand, que lhe ofereceu uma bolsa de pesquisa e as dependências do laboratório de Química Biológica do Instituto Pasteur para que desenvolvesse seu trabalho, Paulo Carneiro começou a publicar os resultados de suas pesquisas sobre os princípios ativos do curare, seu grau de toxicidade e seus efeitos fisiológicos (Carneiro, 1938, p. 1.202). Depois de separar os alcalóides curarizantes, realizou estudos fisiológicos, obtendo então resultados inéditos sobre a curarização, ao demonstrar a relevância de mediadores químicos na transmissão do influxo nervoso ao músculo estriado (Carneiro, 1970, pp. 5-9). Seus

trabalhos contribuíram para posterior síntese do curare por pesquisadores ingleses.

Ainda nesse período, o cientista viu Paris ser invadida pelas tropas nazistas e viveu os tempos difíceis da ocupação. Em contato próximo com o embaixador Souza Dantas, que teve papel importante durante a Segunda Guerra Mundial na luta contra o nazismo, concedendo vistos para a entrada de judeus no Brasil, Paulo Carneiro chegou a abrigar em sua residência membros da resistência francesa.

Em 1942, o Brasil declarou guerra aos países do Eixo. Carneiro sofreu a experiência da “internação”, por duas vezes, na Alemanha nazista (Baden-Baden e Bad Godsberg) junto com diplomatas latino-americanos, inclusive Souza Dantas. Libertado em 1944, voltou ao Brasil e participou dos trabalhos da comissão brasileira (entre os quais Miguel Osório de Almeida e Roquete-Pinto) responsável pelo envio de sugestões ao projeto de constituição da Organização das Nações Unidas para a Reconstrução Cultural e Educacional, com sede em Londres, embrião da futura Unesco. Participou, em outubro de 1944, da delegação brasileira que esteve no Uruguai em missão intelectual, onde proferiu conferência sobre “a missão de cooperação intelectual na organização mundial futura”. Nos anos de 1945 e 1946, acompanhou Souza Dantas respectivamente na Conferência do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual em Lyon e na primeira Assembléia da ONU, em Londres, onde assumiu posições anticolonialistas que destoavam do alinhamento da política externa brasileira aos Estados Unidos (Moura, 1991). Envolveu-se ainda nas atividades de estruturação da Unesco.³ Desde 1945, pôs-se a elaborar o projeto de criação de uma instituição científica, de natureza internacional, na Amazônia.

Carneiro, ao pesquisar o guaraná e o curare, no Instituto Pasteur, parecia cumprir o programa de uma ciência nacional, como foi, tempos depois, apresentado de modo sintético por Carlos Chagas Filho. Ao abordar suas opções pelas pesquisas do curare e do peixe-elétrico, Chagas Filho (*apud* Góes Filho, 1997, p. 85) afirmou que “não sei quando, mas certamente bem no começo de meu trabalho é que surgiu esse tipo de orientação, que cada vez mais se enraíza em mim, de que nos países subdesenvolvidos devemos usar as técnicas avançadas em modelos autóctones...”.

Tratava-se de participar da fronteira do conhecimento, do intercâmbio com a comunidade científica internacional e, ao mesmo tempo, afirmar o saber local, os temas e objetos nacionais que tivessem relevância. O estudo do curare era um desses objetos que tinha seus efeitos no campo da medicina e da saúde pública (Carneiro, 1945).

Diante da experiência acumulada em pesquisa, dentro de um programa de ciência nacional, calcada numa rede familiar, política, intelectual e científica, associada a vivências da Segunda Guerra

Mundial e de seus efeitos perversos, com milhares de mortes, problemas da destruição, refugiados, fome, perplexidade e ânsia de inteligibilidade das razões que levaram ao conflito mundial, a Amazônia emergia, segundo Paulo Carneiro, como uma possível solução daqueles infortúnios. A Segunda Guerra reforçou a visão de Carneiro sobre o papel social da ciência como instrumento de civilização e desenvolvimento econômico. O desafio euclidiano, agora colocado no plano internacional, em consonância com a chave positivista, cientificista, era o de jogar as luzes da ciência no “inferno verde”, era o de incorporar a Amazônia à nação, por meio da “república universal dos cientistas” (Carneiro, 1935, p. 8), uma espécie de consciência moral do mundo. Argumentos de natureza malthusiana, como o da superpopulação, sedimentaram essa convicção. O próximo passo seria a construção de alianças científicas e políticas para viabilizar a sua utopia amazônica.

Uma proposta de rede científica franco-brasileira na Amazônia

Em agosto de 1945, três meses antes da deposição de Getúlio Vargas, Paulo Carneiro encaminhou ao Ministério da Agricultura sugestão de se criar o Instituto da Hiléia Amazônica (IIHA). A seu ver, era premente a elaboração de um plano de pesquisas botânicas, químicas e farmacodinâmicas, que abrangesse as plantas industriais, alimentares, medicinais e tóxicas, bem como a realização de pesquisas sobre o petróleo. Considerava também a importância de estudos etnográficos, sistemáticos e contínuos, acerca das comunidades indígenas. Acreditava que a amplitude, diversidade e desafios da “grande floresta marchetada de obstáculos” exigia não só a cooperação de elevado número de cientistas, mas também a captação de recursos materiais de vulto. Nessa perspectiva, países como o Brasil, a França, a Holanda, a Inglaterra, a Venezuela, o Equador, o Peru, a Colômbia e a Bolívia deveriam se associar à futura instituição, na medida em que teriam interesses imediatos vinculados ao conhecimento e à exploração da hiléia.

Para operacionalizar o projeto IIHA, seriam criados quatro centros de pesquisa (Manaus, Caiena, Rio de Janeiro e Paris). Os estudos deveriam se pautar por um critério de especialização sucessiva: as investigações mais simples e imediatas seriam realizadas tanto em Manaus como em Caiena. Os primeiros estudos viriam, depois, a ser ampliados e aprofundados no Rio de Janeiro e Paris. A estrutura burocrática da nova instituição contava com um conselho administrativo, um conselho científico e um secretariado permanente, com sede em Paris, para servir a ambos os conselhos.⁴

O perfil do IIHA estava centrado nas relações Brasil-França, que guardavam coerência com os elos intelectuais, científicos e pessoais

de Carneiro com a sociedade francesa. O instituto não se limitava a um programa de ecologia humana, de preservação física e/ou de integração cultural das populações nativas. Apresentava uma perspectiva modernizadora para a região, na qual as ciências da natureza assumiam papel-chave. Enfatizava também a exploração petrolífera, tema de crescente debate no Brasil do pós-guerra.⁵

O projeto, que vinha ao encontro das preocupações do governo Vargas naquele período, tanto no que se referia ao petróleo, quanto no que dizia respeito ao progresso da Amazônia (Vargas, 1941, pp. 78-88), foi enviado pelo governo ao engenheiro agrônomo Felisberto Camargo, diretor do Instituto Agronômico do Norte (IAN). Formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) e com curso de pós-graduação nos Estados Unidos, Camargo trabalhou no Instituto Agronômico de Campinas entre 1935 e 1941. Mantinha estreitas relações com Getúlio Vargas (Dean, 1989, caps. 6, 7).

Ao longo da Segunda Guerra Mundial, o IAN havia sido beneficiado pelo interesse comercial despertado pela borracha amazônica, que representava um dos pontos centrais da aliança estratégica Brasil-Estados Unidos. O término do conflito mundial reduziu a importância que o IAN tivera até então.

Camargo posicionou-se contrariamente à criação do instituto. Argumentava, em seu parecer, que o IAN já cumpria o papel projetado para o IIHA, pois dispunha de moderna infra-estrutura de pesquisa, contava com laboratórios (borracha, fitopatologia, entomologia, botânica, genética, química), com biblioteca atualizada e com uma equipe de excelência, formada inclusive por pesquisadores norte-americanos. O IAN deveria ser o órgão centralizador da pesquisa agronômica sobre a hiléia e se dedicar ao estudo dos problemas neotrópicos. A proposta de Carneiro só teria sentido se fosse feita ainda na época colonial, em que Humboldt e Bonpland se extasiavam maravilhados com a hiléia... O tom irônico de Camargo revelava sua reação ao fato de Carneiro desconsiderar, em sua proposta, o trabalho realizado pelo IAN.

Além disso, Camargo questionava os possíveis interesses de desenvolvimento econômico do vale amazônico por parte da França, Inglaterra e Holanda, países que, para ele, deveriam estar mais preocupados com os problemas científicos e econômicos de suas colônias africanas e asiáticas. No tocante à participação de outros países sul-americanos, ele não acreditava que tivessem capacidade de sustentar um projeto de tal porte. Em sua opinião, eram maiores as afinidades políticas e comerciais dos Estados Unidos em relação ao Brasil, por serem eles os nossos aliados por natureza geográfica e pelo fato de a América do Norte e o Brasil terem estreitas afinidades econômicas.

Por último, Camargo enumera as atividades de diversos órgãos do Ministério da Agricultura, mostrando que poderiam dar conta de

todos os campos de investigação propostos por Carneiro. O projeto do Instituto da Hiléia Amazônica, portanto, não fazia sentido.⁶

Bem antes de receber essas duras críticas, Carneiro vinha articulando sua proposta com o IFHEB, associação criada em julho de 1945, sediada em Paris, e então dirigida pelo etnólogo Paul Rivet, diretor do Museu do Homem, que contava com o jornalista, escritor e etnólogo brasileiro Paulo Duarte como secretário-executivo. Um dos objetivos centrais do IFHEB, diante da crescente influência americana no Brasil no pós-guerra, era manter a ascendência francesa no plano da ciência e da cultura sobre a sociedade brasileira.⁷

No segundo semestre de 1945, houve uma série de contatos no Rio de Janeiro, Belém e Paris, no intuito de criar, no IFHEB, uma seção de estudos que envolvesse cientistas franceses e brasileiros com experiência de pesquisa na Amazônia. A seção amazônica, a ser instalada em Belém, contaria com a colaboração do pesquisador e professor Paul Le Cointe, que então trabalhava no consulado francês em Belém e exercera forte influência no desenvolvimento da química no Pará (Bassalo e Lima, 1996).⁸ Em janeiro de 1946, Paulo Duarte apresentava em detalhes a proposta franco-brasileira, baseada no projeto de Carneiro, que envolveria países e colônias com interesses na região: Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Guianas, França, Inglaterra e Holanda. Com instalações no Brasil e na França, o instituto abrangeria as seguintes divisões de pesquisa: geografia, geologia, mineralogia, zoologia, botânica, paleontologia, antropologia, pré-história e etnologia. Simultaneamente às atividades do Museu Goeldi, a nova entidade criaria três museus amazônicos, em Belém, no Rio de Janeiro e em Paris, e publicaria a revista *Hiléia Amazônica*.⁹ De imediato, não haveria associação entre a pesquisa básica e a pesquisa aplicada com fins econômicos, diferente do plano apresentado ao Ministério da Agricultura.

A proposta da criação de uma rede científica franco-brasileira, apresentada por Paulo Carneiro, já revelava as disputas entre a antiga ascendência cultural e científica francesa e a nova realidade do pós-guerra com a influência crescente dos Estados Unidos, representada, de certo modo, pelo pragmatismo americanista de Camargo. Diante da recusa do governo brasileiro e da falta de respaldo político e financeiro do IFHEB para levar adiante um projeto de tal magnitude, Carneiro deu outro destino ao seu projeto: deslocou sua proposta e sua rede para a Unesco.

A ciência no processo de constituição da Unesco

A Unesco foi criada em novembro de 1945 num contexto histórico e político muito particular, ou seja, no intervalo entre o imediato pós-Segunda Guerra e o período que antecede a guerra fria, quando ainda não estava desenhado, em definitivo, o novo cenário das

relações internacionais. Havia grande expectativa de que a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas diversas agências especializadas criassem um sistema político estável com base na perspectiva de construção de um mundo melhor em face dos efeitos catastróficos advindos do conflito mundial de 1939-45.

O projeto dos países vitoriosos do Ocidente de construção de uma organização intergovernamental voltada para a cooperação cultural internacional não incluía o campo da ciência (leia-se ciências naturais). Foi o bioquímico Joseph Needham (1900-95), da Universidade de Cambridge, que a partir de 1946 passou a dirigir o Departamento de Ciências Naturais da Unesco, o mentor intelectual da proposta de introduzir o “s” na “Unesco” (Needham, 1949, p. 21).

Needham pertencia a um grupo de proeminentes cientistas ingleses (J. D. Bernal, J. B. S. Haldane, Lancelot Hogben, Hyman Levy) que, desde o final dos anos 1920, influenciados pela tese de Bernal, de corte marxista, estavam convencidos da função social da ciência (Werskey, 1988, p. 11). A partir de sua experiência de trabalho de pesquisa na China, durante a Segunda Guerra Mundial, sob a chancela do Sino-British Science Cooperation Office, Needham amadureceu seu projeto de constituição de uma verdadeira “Internacional” da cooperação científica.

Ele se contrapunha à “paroquial teoria da escola do *laissez-faire*”, que concebia a interação entre cientistas embasada pelo princípio do conhecimento e iniciativa individuais. As possíveis construções de redes, nesta perspectiva, seriam suscitadas a partir dos problemas que emergissem, de modo espontâneo, ao ponto de mobilizá-los e, com isso, possibilitar as devidas conexões. Na verdade, o princípio do *laissez-faire*, norteador da prática científica nas *bright zones* (“zonas iluminadas”), região composta pelos países hegemônicos (especialmente o eixo anglo-americano), não levava em consideração as bases materiais da produção científica e da comunicação entre os cientistas (*Science and Unesco*, 1946, pp. 7-8).

A experiência chinesa de Chungking (modernização de laboratórios, atualização de bibliotecas, publicação de produção científica chinesa em revistas especializadas do Ocidente, intercâmbio entre cientistas chineses e ingleses etc.) sedimentou a crença no projeto de irradiação da ciência do centro para a periferia (*periphery principle*) (Needham, 1949, pp. 15-6; *Science and Unesco*, 1946, pp. 8-9).

Entre 1943 e 1945, Needham estabeleceu contatos com cientistas de diversos países (franceses, ingleses, norte-americanos, hindus, chineses), participou de uma série de fóruns, na perspectiva de assegurar que o primado da colaboração científica internacional viria a ser assegurado no pós-guerra (Needham, op. cit., pp. 19-21). A introdução da ciência em igualdade de condições com a educação e a cultura nesse processo de discussão sobre a estrutura da nova agência, que redundaria na Unesco, resultou da força da comunidade

científica internacional, liderada por liberais e socialistas (Petitjean, 1999, pp. 167-72), e da capacidade de ascendência dos cientistas em decisões de impacto mundial (Finnemore, 1996, p. 48). Para isso, a tragédia produzida pelas bombas atômicas norte-americanas em solo japonês, em agosto de 1945, parece ter despertado ainda mais o interesse pelo debate acerca do papel dos cientistas, da colaboração científica e do intercâmbio de conhecimento científico (Sewell, 1975, pp. 78-9). Afinal, a associação entre ciência e Estado em tempos de guerra havia gerado conseqüências inéditas, transformando os cientistas em agentes estratégicos nos países centrais.

Em tempos de paz, por sua vez, os cientistas assumiriam funções cruciais com base na cooperação internacional. Emergiu, neste momento, uma série de iniciativas na direção do binômio ciência-democracia, em função da possibilidade de ocorrência de um novo ciclo de esperança calcada na razão e no progresso. Essas apostas, que contavam com a participação de expressivas lideranças como as de Joseph Needham e do biólogo inglês Julian Huxley, primeiro diretor-geral da Unesco, nutriam enorme desconfiança para com o papel do Estado no desenvolvimento da ciência, haja vista que uma de suas derivações foi a experiência nazista. Na realidade, esses cientistas canalizavam os seus esforços para o fortalecimento da autonomia da comunidade científica internacional em face dos interesses econômicos, militares e políticos. Com efeito, essa comunidade, investida de um *ethos* e munida de uma estrutura material sólida, seria o grande baluarte da paz.

Há um claro viés mertoniano de defesa da ciência. Acreditava-se que a ciência em si seria útil e capaz de desvendar a lógica interna da natureza. Ela estaria investida de um saber objetivo e neutro. No entanto, esse conhecimento só poderia vir a participar intensamente da vida social caso houvesse um determinado meio, ou seja, a autonomia institucional da ciência. Somente desse modo a ciência poderia prevalecer sobre os interesses extracientíficos e trazer benefícios para a humanidade.

Ao ser incluído em definitivo o “s” na Unesco, a agência internacional torna-se o *locus* privilegiado para o projeto de uma nova organização social da ciência. Sua melhor tradução se encontrava nas diretrizes estabelecidas por Joseph Needham e, especialmente, em seu *periphery principle*. Este princípio deveria promover o desenvolvimento científico dos países não industrializados. Esta era a alternativa mais oportuna para o fortalecimento da comunidade científica internacional. Para intermediar essa função, assumida pela Unesco, fazia-se necessária a criação de uma ampla rede de escritórios de cooperação científica (*Science and Unesco*, 1946, pp. 8-9, 18-20).

É nesse contexto que Paulo Carneiro apresenta seu projeto de uma instituição científica internacional no Norte do Brasil. A Amazônia aparecia, neste primeiro momento, aos olhos de Needham,

como “um outro Oriente” a ser descortinado sob a égide do *periphery principle*.

O projeto IIHA e as controvérsias em torno do *periphery principle*

Em maio de 1946, Carneiro apresentou sua proposta do Instituto da Hiléia ao programa científico em elaboração pelo Comitê de Ciências Naturais da Comissão Preparatória da Unesco, sob a coordenação de Needham, que logo a incorporou. Referindo-se à magnitude da região amazônica, à importância de suas reservas hídricas, florestais e, em especial, ao seu valor científico e econômico, Carneiro falava da urgência de se realizarem pesquisas no campo da botânica, da zoologia, da química, da geologia, da meteorologia, da antropologia e da medicina. Mencionava ainda a relevância de se estudar a significativa população indígena da região — ameaçada de extinção biológica e cultural — sob a perspectiva da antropologia física e cultural.

Esse denso e complexo universo de seres (plantas, animais e homens), segundo Carneiro, exigia a superação do conhecimento fragmentado dos naturalistas — denunciado por Euclides da Cunha no início do século XX — por meio da mobilização de cientistas de várias áreas de saber e da alocação de recursos, numa perspectiva internacionalista, que incluía os países com interesses imediatos na região: Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, França, Grã-Bretanha e Países Baixos.

Como ações prioritárias, Carneiro propunha a criação de um museu internacional a ser sediado em Belém, aproveitando as coleções (botânicas e zoológicas) e a biblioteca, que contava com cerca de vinte mil volumes, do Museu Goeldi. Acrescentava ainda a necessidade de instalação de um conjunto de laboratórios voltado para a química vegetal e animal, para a geofísica, a fisiologia e a microbiologia. Especial atenção deveria ser atribuída ao problema da nutrição em regiões tropicais.¹⁰ Em suma, o projeto de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) associava saber científico, exploração econômica, preocupações de ordem social e busca de apoio da comunidade científica internacional.

No final de novembro de 1946, na primeira sessão da Conferência Geral da Unesco em Paris, Needham destacou os problemas do desenvolvimento da ciência em países subdesenvolvidos (*dark zones*), por conta do isolamento, do reduzido número de cientistas, sem estímulo e sem interlocução, das barreiras sociais e culturais (casta, tradição e costumes) e da falta de apoio por parte do poder público. A divisão do mundo needhamiano entre “zonas iluminadas” e “zonas escuras” (Ásia, África e partes da América do Sul) devia-se apenas a circunstâncias históricas. Nesta

perspectiva, caberia aos cientistas do mundo desenvolvido cooperarem na superação não somente do isolamento dos seus colegas das regiões periféricas, mas também das respectivas disparidades materiais e sociais. Dos cinco representantes brasileiros nessa conferência, três eram cientistas e mantinham estreitos laços com o Instituto Oswaldo Cruz (IOC): Miguel Osório de Almeida, Carlos Chagas Filho e Olympio da Fonseca. Pertencentes à tradição de Manguinhos, era difícil para eles entender a configuração do mundo da ciência desenhada por Needham, que desconhecia a existência, nas denominadas *dark zones*, de instituições científicas de excelência. Tal visão representava, na opinião de Miguel Osório, expoente da fisiologia experimental, uma espécie de “imperialismo científico” praticado por países que só valorizavam o que era realizado dentro de seus próprios limites (*bright zones*).¹¹ Este diagnóstico parece ter prevalecido nos primórdios do projeto IIHA.

Em dezembro de 1946 foi aprovado na primeira sessão da Conferência Geral da Unesco, em Paris, o projeto IIHA e autorizada a criação de Escritórios de Cooperação Científica em diversas regiões subdesenvolvidas (América Latina, Ásia e África), materializando assim o *periphery principle* defendido por Needham. A principal missão do Latin American Scientific Cooperation Office (Lasco) era a implementação do projeto IIHA.¹²

Desde o segundo semestre de 1946, a partir de diversos contatos com colegas da Universidade de Cambridge e do Colonial Office (Escritório de Representação das Colônias Britânicas), Needham, com a anuência de Julian Huxley, convidou Edred John Henry Corner para assumir a direção do Lasco. Corner, botânico inglês, com larga experiência em flora tropical, formou-se pela Universidade de Cambridge, e foi pesquisador do Jardim Botânico de Cingapura, sob mandato britânico, entre 1929 e 1946. Durante a Segunda Guerra Mundial, notabilizou-se pelos esforços de preservação de bibliotecas, coleções e instituições científicas e históricas na Malásia, no contexto da dominação japonesa no Sudeste Asiático¹³.

Corner assumiu a direção do Lasco em março de 1947. Basile C. Malamos, médico parasitologista grego, com ampla atividade de pesquisa na Alemanha no campo da medicina tropical, vinculado à London School of Hygiene and Tropical Medicine, foi indicado para ser assistente de Corner. Paulo Carneiro acompanhou de perto o trabalho de Corner. Tratava-se, naquele momento, de estabelecer em definitivo a equipe e a logística do projeto IIHA e o desenho da programação inicial a ser desenvolvida no Brasil.¹⁴

Em abril de 1947, o conselho executivo da Unesco decidiu que o IIHA passava a ser considerado um dos quatro principais projetos a ser implementados naquele ano. Na ocasião, Carneiro revelou uma série de preocupações com os rumos do projeto IIHA, a saber: 1) a lentidão com que o projeto vinha se desenvolvendo; 2) os

limites decorrentes do funcionamento de apenas um escritório científico na vasta América Latina; 3) o fato de os qualificados cientistas (Corner e Malamos) escolhidos para a missão não estarem familiarizados com a região, sua cultura e sua vida política. Carneiro mostrava-se cético em relação ao que poderia ser realizado na Amazônia ainda em 1947. Suas críticas foram mais longe ao fazer restrições à forma como estava sendo aplicado o *periphery principle*.¹⁵

O fato é que Paulo Carneiro e Parra-Perez, representante da Venezuela, opunham-se à indicação de Corner e à sugestão de Julian Huxley, diretor-geral da Unesco, de indicar um “cientista jovem” para auxiliar o botânico inglês nesse empreendimento. Para eles, à frente do Instituto da Hiléia, deveria estar um cientista de prestígio da América Latina. Ademais, até aquele momento, não houvera sequer, segundo Carneiro, uma reunião entre ele, Huxley, Needham e Corner a respeito do projeto. Buscando uma solução que conciliasse visões distintas a respeito do projeto IIHA, Carneiro sugeriu a indicação de um “consultor especial”, para acompanhar o trabalho. Em carta a Huxley, logo após a reunião do conselho executivo da Unesco, em Paris, Paulo Carneiro alertava:

o Brasil e os países sul-americanos que eu associei a este projeto certamente não aceitarão executá-lo e participar da primeira conferência prevista a este respeito no programa da Unesco, se a recomendação apresentada pelo senhor Parra-Perez (representante da Venezuela) e por mim mesmo ao conselho executivo não for seguida. Além disso, seria impossível para mim aconselhar-lhes uma outra atitude.

Tanto para a missão científica quanto para o projeto da Amazônia, nada poderá ser feito pelo sr. Corner sem o apoio de um homem de ciência sul-americano como “consultor especial” da Unesco. Não esqueça, senhor diretor-geral, que os países sul-americanos são bastante exigentes e não apreciam ter a impressão de serem tratados como colônias às quais são enviadas missões de estudo das quais eles não façam parte desde o início. Além disso, eu creio que os sentimentos da China, do Extremo Oriente e do Oriente Próximo serão os mesmos diante das estações científicas que a Unesco tem a intenção de fundar nestes lugares.¹⁶

Carneiro havia perdido, em parte, o controle sobre o projeto, agora sob a égide do Departamento de Ciências Naturais. Vislumbrava a reedição das expedições dos viajantes-naturalistas em “terra exótica”. Percebia um espírito colonialista da conexão inglesa (Huxley, Needham e Corner), que pouco conhecia a América Latina e sua comunidade de cientistas, e pretendia apenas incorporar “cientistas jovens” ao projeto, em suposta *dark zone*.

A partir das pressões latino-americanas, Huxley aceitou a solução sugerida por Carneiro e Parra-Perez, porém o “consultor especial” seria designado por tempo determinado (quatro meses). O próprio Paulo Carneiro foi indicado para estabelecer os elos entre, de um lado, a Unesco e, de outro, a comunidade científica e o Estado brasileiros, voltando ao centro do processo de gestão do IIHA. Junto com ele, o antropólogo suíço-americano, especialista em etnologia sul-americana, Alfred Métraux, foi incorporado à equipe do projeto IIHA. Métraux ajudaria a organizar a conferência científica de Belém.¹⁷

A Conferência de Belém

Para assumir suas novas funções, entre as quais a organização da Conferência científica de Belém, Corner chegou ao Rio de Janeiro em meados de maio de 1947. Antes, viajou pela Costa Leste norte-americana (Washington, Nova York, Chicago, Boston, Miami), por Porto Rico e Trinidad, buscando conhecer as relações entre os Estados Unidos e a América Latina no campo da ciência e obter o apoio de instituições científicas para o projeto IIHA. No Brasil, Corner, Paulo Carneiro e Basile Malamos, com o patrocínio do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), a comissão nacional da Unesco, promoveram uma reunião no Itamaraty, com cientistas, políticos e intelectuais, para apresentarem a proposta do IIHA.¹⁸

No início de junho, Corner viajou para Belém acompanhado do botânico do Museu Nacional, Luiz Emygdio Mello Filho, e lá se encontrou com Alfred Métraux para verificar as instalações, coleções e laboratórios do Museu Goeldi, instituição base do futuro IIHA (Métraux, 1978, pp. 193-8). Enquanto o evento do IBECC comparava o futuro IIHA com a Smithsonian Institution, nucleado, em princípio, no Museu Goeldi, Corner, Métraux e Emygdio constataram em Belém as precárias condições de funcionamento da instituição paraense, após anos de crise (Cunha, 1986, pp. 13-4). O Instituto Agrônomo do Norte (IAN), até então ausente das perspectivas do projeto IIHA, teria condições melhores para abarcar parte das pesquisas planejadas. Ora, Felisberto Camargo, diretor do IAN, que se opusera à criação do Instituto da Hiléia Amazônica, a proposta franco-brasileira submetida ao governo Vargas, em agosto de 1945, agora acreditava que a Unesco seria um excelente parceiro em tempos de recursos escassos, não medindo esforços para deslocar o Museu Goeldi do centro das atenções.¹⁹

Com o apoio de Carneiro, Métraux e Malamos, Corner tratou de organizar a Conferência de Belém com a seguinte agenda: 1) objetivos e funções do futuro IIHA; 2) escolha da sede do IIHA e dos meios de transporte; estruturação burocrática; atividades para 1947 e 1948;

3) publicações; 4) coleções; 5) recursos financeiros; 6) elaboração de um acordo entre os governos interessados e a Unesco.²⁰

Em Paris, a direção geral da Unesco, ciente da agenda de Belém, preocupava-se com os rumos do projeto. Poucos dias antes de começar o evento, Corner recebeu um memorando, elaborado por Huxley, com o apoio de Needham, que procurava balizar a atuação da liderança da Unesco em relação aos destinos do IIHA, que, em princípio, seria apenas um projeto científico, mas que fora transformado pelos países amazônicos, ávidos do desenvolvimento da região, num dos eixos centrais da atuação da Unesco. Caberia à direção da Unesco, portanto, alertar os países envolvidos na fundação do Instituto da Hiléia de que a agência internacional não teria recursos suficientes para patrociná-lo, e de que não fazia parte da sua natureza organizacional assumir este tipo de função. Seria necessário, então, que os próprios representantes sul-americanos buscassem apoio em outras agências especializadas do sistema das Nações Unidas (FAO, OMS, ONU etc.) e de instituições que exercessem o papel de *clearing house*.²¹ A Unesco serviria de esteio na articulação interna dos países envolvidos no projeto IIHA como meio de atrair os aliados necessários sem, no entanto, se confundir com “uma fundação internacional de pesquisa”. Caso a Conferência de Belém estipulasse um elevado montante, tal soma não receberia o respaldo necessário nem do conselho executivo nem da segunda sessão da Conferência Geral a ser realizada na cidade do México. O memorando sugeria ainda que o corpo dirigente do IIHA fosse composto predominantemente por cientistas e não por representantes oficiais dos Estados-membros. Huxley e Needham reiteravam a visão transnacional dos afazeres científicos: a Unesco deveria servir mais à ciência e aos cientistas do que aos Estados. Por fim, a direção da Unesco esperava que o IIHA deslanchasse a partir dos resultados da Conferência de Belém.²²

Entre 12 e 18 de agosto de 1947 realizou-se a Conferência de Belém. Ela foi promovida na mesma ocasião da Conferência Interamericana sobre Defesa do Continente, ocorrida na então Capital Federal, que gerou o Tratado de Assistência Recíproca do Rio de Janeiro. Enquanto um fórum definia o programa científico de uma instituição internacional a ser criada no Norte do Brasil, o encontro do Rio de Janeiro selava a adesão da América Latina aos ditames da guerra fria sob hegemonia norte-americana (Malan, 1984, pp. 66-7). Neste sentido, a Conferência de Belém foi ofuscada, não tendo maior repercussão política, a não ser alguma visibilidade na imprensa local. Presidida por Fred Soper, médico sanitário com larga experiência de trabalho no Brasil (Soper, 1977; Campos, 1997), por meio da Fundação Rockefeller, o evento contou com representantes de nove países e de algumas organizações internacionais.²³

A Conferência de Belém ofereceu subsídios ao programa a ser patrocinado pelo futuro IIHA, a partir do trabalho de três comissões — ciências naturais; ciências sociais e educação; nutrição e ciências médicas — que levantaram problemas e necessidades que continuam, em grande parte, em pauta ainda nos dias de hoje: a necessidade de amplo inventário faunístico e florístico, a criação de reservas naturais na Amazônia, a descoberta e exploração de plantas de valor econômico, a cultura em terras inundáveis, a pesquisa dos conhecimentos etnobotânicos dos povos indígenas, o fortalecimento de instituições científicas locais e a realização de pesquisas antropológicas sobre as comunidades da região.

Foram propostos estudos interdisciplinares a longo prazo, parcerias com instituições congêneres e com programas já em desenvolvimento, como o dos institutos e estações experimentais agrícolas já existentes na região. A pesquisa básica ganhou papel de relevo na comissão de ciências naturais, já que o saber acumulado sobre a região era escasso e fragmentado, e os conhecimentos limnológicos, fito e zoogeográficos, ainda incipientes.

Havia, certamente, a intenção de transformar o projeto IIHA num canal de resolução imediata de problemas da Amazônia, o que não se coadunava com o intuito da direção da Unesco, que projetava uma instituição científica com objetivos de médio e longo prazos.²⁴

No plano da representação das instituições científicas, os destaques da delegação brasileira eram: Heloísa Alberto Torres, antropóloga e diretora do Museu Nacional, Cândido de Mello Leitão, pesquisador do Museu Nacional e professor de zoologia da Escola Nacional de Agronomia, Olivério Mário de Oliveira Pinto, pesquisador do Museu Paulista e diretor do Departamento de Zoologia, Felisberto Camargo, diretor do Instituto Agrônomo do Norte, sem contar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Tecnologia, num total de 13 representantes. Ainda que houvesse a participação de instituições nacionais na reunião de Belém, cabe registrar a ausência, talvez pela falta de tempo hábil para a realização do fórum, entre outras, do Instituto Butantã, do IOC e do Instituto Biológico.

Entrementes, o Museu Goeldi, que reiteradamente era considerado a referência científica na Amazônia, pela Unesco, não teve um único representante na conferência. A despeito da importância atribuída ao soergimento da instituição paraense, operou-se uma certa inversão do crédito das instituições científicas na Amazônia, com a visibilidade adquirida pelo Instituto Agrônomo do Norte.²⁵ Estas evidências revelavam, de alguma forma, um descompasso entre o projeto IIHA e a falta de uma discussão mais ampla com a comunidade científica brasileira.

A reunião de Belém serviu para consolidar, entre elites políticas locais/nacionais e cientistas, uma aliança para atender a interesses

de curto prazo daquela região que, desde o final do ciclo da borracha, na década de 1910 (Weinstein, 1993), estava em crise permanente, tendo experimentado breve desafogo com a alta demanda pela borracha durante a Segunda Guerra Mundial (Dean, 1989). O discurso internacionalista do governador do Pará, Moura de Carvalho, quando da abertura dos trabalhos da Conferência de Belém, revelava os anseios das elites regionais: “A Amazônia é nossa, mas a serviço do mundo, a serviço da ciência, como fonte de trabalho e de bem-estar geral, como potencial capaz de produzir tudo quanto seja necessário aos outros povos, dentro do regime de fraternidade universal que deve presidir a todas as intenções na vida internacional” (Nunes, 1949, pp. 141-4). Contrariando as expectativas da direção geral da Unesco, a conferência estipulou a quantia de cem mil dólares para as atividades do IIHA para o ano de 1948.²⁶

Logo após a conclusão dos trabalhos do fórum de Belém, foi definida uma estratégia para pressionar o Congresso brasileiro no sentido de extrair recursos do orçamento nacional para o projeto IIHA. Iniciavam-se naquele momento alguns esforços de elaboração e implementação de políticas governamentais para a região (D’Araújo, 1992). Felisberto Camargo relatou os acontecimentos da reunião patrocinada pela Unesco, em visita à Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Cepvea). Por sua vez, Paulo Carneiro apresentou ao ministro das Relações Exteriores do Brasil uma versão otimista dos resultados da conferência e solicitou o apoio do Itamaraty à proposta a ser encaminhada pelo IBICC à Cepvea, destinando parte dos recursos alocados para a Amazônia pelo artigo 199 da Constituição de 1946 para a construção de nova sede para o Museu Goeldi — cuja situação adversa foi descrita em relatório por Métraux — e para a criação, em Manaus, de um Horto Botânico e de um Parque Zoológico, com herbários e laboratórios.²⁷

O sucesso dessas incursões serviria de contrapartida à dura negociação que estava prestes a ocorrer na segunda sessão da Conferência Geral da Unesco. O relatório de Corner, sobre a reunião de Belém, ao Departamento de Ciências Naturais e à direção geral da Unesco confirmava a possibilidade de tempos sombrios.

Os embates em torno do projeto IIHA na Unesco e a Conferência do México

Corner, nesse relatório, chamava atenção para as condições adversas em que a Conferência de Belém se realizou: tempo escasso, falta de logística, desinformação. Os delegados não estavam qualificados para debater questões financeiras ou legais. Os países potencialmente interessados na criação do IIHA tinham apenas uma vaga idéia do projeto. Compreendia-se que o IIHA estava indis-

sociavelmente vinculado à Unesco e acreditavam que tomada de decisões só poderiam ocorrer após a segunda sessão da Conferência Geral, quando teriam informações e legitimidade suficientes. Enfim, os representantes latino-americanos mantinham a expectativa de que a Unesco continuasse a considerar a proposta IIHA como um dos seus projetos prioritários.²⁸

Corner considerava que havia poucos estudos sobre a hiléia e faltavam pesquisadores com a diversificação de conhecimento pretendida pela Unesco. O pesquisador que quisesse ter uma visão ampla da Amazônia teria de se estabelecer preliminarmente na região, por seis meses, pelo menos, sendo que três deles viajando. Corner via o projeto IIHA como um laboratório científico internacional:

O 'S' em Unesco é o que todos desejamos. Se a Unesco abdicar da sua liderança, temo que prejudique o apoio regional não ao Instituto da Hiléia (que nunca seria criado) mas à Unesco. No entanto, este é um assunto para ser decidido na (segunda sessão da) Conferência Geral da Unesco. ... S representa a ciência, quer sejam abstrações sobre prótons, genética ou sistemática, e não ... tecnologia. Assim que o projeto científico for iniciado não se deve permitir sua degradação com o fim de conseguir apoio. Considero lamentável que a agricultura (que é uma política) e a educação (que é um fetiche histórico) ganhem precedência sobre a sede de conhecimentos sobre a região amazônica, a qual é uma atração interminável para cientistas.²⁹

Corner fixava bem a distinção entre duas perspectivas presentes no projeto IIHA: a transformação da Amazônia em estação de pesquisas da região equatorial, espaço universal da ciência e dos cientistas em acordo com a direção da Unesco, e a ocupação da hiléia por meio do desenvolvimento regional, procurando conjugar pesquisa básica com ciência aplicada, mobilizando educadores, cientistas sociais e sanitaristas, como desejava o *lobby* latino-americano.³⁰

O relatório de Corner repercutiu mal no centro decisório da Unesco. Para Huxley, os países latino-americanos tinham transformado o projeto IIHA em “um imenso bazar” (*a very great store*).³¹ Não via sentido na proposta do governo do Amazonas, que tanto sensibilizara Corner, de criar uma estação científica em Manaus. As condições básicas para o trabalho inicial do projeto encontravam-se em Belém, e o IIHA estaria sofrendo, portanto, um desvio de percurso, com sua proposta não mais se limitando ao Departamento de Ciências Naturais, em virtude da inserção de programa de educação e de uma série de projetos voltados para a resolução de problemas econômicos e sociais imediatos de países periféricos. O caráter universalista da Unesco estaria sendo deturpado pelos interesses particularistas dos Estados-membros. Huxley (1973, p. 20), em seu

universalismo abstrato, idealista, lembra que em sua gestão na direção geral da Unesco (1946-48), o

conselho executivo, em tese, ... deveria ser composto por destacados homens nos campos da educação, das ciências e das artes, de regiões diversas, votando como indivíduos, e não como representantes de seus próprios países. Esta boa idéia acabou não funcionando. Embora o conselho executivo fosse composto quase sempre por homens ilustrados, seguiam, no entanto, as diretrizes dos seus governantes.

O corpo dirigente da Unesco experimentou, em seus primeiros anos, uma tensão constitutiva: um híbrido de instituição intergovernamental e agrupamento de intelectuais internacionalistas que formavam uma espécie de *intelligentsia* mannheimiana, pairando acima dos Estados nacionais (Elzinga, 1996, p. 174). Huxley e Needham foram importantes expressões dessa tradição. Aos poucos, esse tipo de intelectual saíria de cena do conselho executivo, cedendo espaço aos “técnicos governamentais”, porta-vozes dos Estados-membros da Unesco. A trajetória do projeto IIHA e a Conferência de Belém refletiam o novo cenário descrito por Huxley, cujo princípio do “não-governamentalismo”, comungado com Needham (Finmore, 1996, p. 51), sofreria um dos seus primeiros ataques.

Huxley vivia, de fato, um dilema. O IIHA que, a seu ver, não vinha se adequando aos princípios que deveriam nortear a Unesco, desfrutava de enorme simpatia entre países latino-americanos e europeus. Ele temia que a direção geral da Unesco fosse vista como empecilho ao projeto. Corner o havia alertado para a possibilidade de os países latino-americanos virarem as costas para a Unesco, caso a organização não desse suporte à proposta.

Centralização da tomada de decisões, desconhecimento em matéria amazônica, dificuldades políticas para lidar com um projeto de tamanha magnitude, esses eram alguns dos problemas da liderança da Unesco em Paris que começavam a se manifestar e que tiveram seus efeitos no transcurso das tentativas de criação do IIHA. Ocorria ainda o fato de a representação norte-americana ser hostil ao projeto. Huxley chegou a solicitar à delegação dos Estados Unidos que revisse sua atitude.³² É provável que a desconfiança dos Estados Unidos em relação ao projeto IIHA se devesse ao fato de que os norte-americanos tinham experiência acumulada em matéria amazônica, seja em projetos empresariais, seja no surto da borracha no contexto da Segunda Guerra Mundial. Ora, a “política de boa vizinhança” entre o Brasil e os Estados Unidos, que incluía, entre outras atividades, a atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), dificultava qualquer visão romântica sobre a região ou uma crença na Amazônia como terra exótica. Por conta das atividades, muitas delas malsucedidas, com a borracha, a Amazônia do pós-

guerra se constituía, para os norte-americanos, num cenário de risco para quaisquer investimentos por parte da Unesco (Dean, 1989; Campos, 1997).

Responsáveis por parte substancial do orçamento da Unesco, os Estados Unidos estavam atentos ao binômio paz-segurança (Maio, 1998, pp. 378-9). Em contexto de guerra fria, de reconstrução europeia e de avanço do socialismo, a Amazônia ocupava plano secundário aos olhos da política externa norte-americana, que primava pela visão ortodoxa do livre comércio, reiterando a posição do Brasil como exportador de matérias-primas estratégicas. Qualquer projeto voltado para o desenvolvimento regional era indesejado (Malan, 1984; Moura, 1990). Era o caso do projeto IIHA. Além de fugir à idéia de se constituir apenas em um laboratório científico internacional, demandava recursos significativos da Unesco em cenário cheio de imprevisibilidades.

A partir da reunião de Belém, houve uma guinada nas expectativas do *staff* da Unesco. Ficaram nítidas as posições divergentes sobre os princípios que deveriam nortear a criação de uma instituição científica na Amazônia. Com efeito, tanto Joseph Needham, Julian Huxley quanto Paulo Carneiro vislumbravam como fim último do projeto IIHA o desenvolvimento da ciência na periferia. Contudo, a proposta de Carneiro previa a construção de um centro de pesquisas em ciência básica que abrangia, ao mesmo tempo, demandas por ciência aplicada norteadas pela busca da superação de problemas regionais. Esta característica híbrida da proposta de Paulo Carneiro chocava-se a um só tempo com a visão do Departamento de Ciências Naturais e da Direção Geral da Unesco, que assumiam uma perspectiva de fortalecimento da comunidade científica, de intercâmbio, de desenvolvimento da ciência básica, como suporte elementar para um projeto de ciência socialmente orientado que superasse os problemas das *dark zones*. Afinal, sem essas precondições, corria-se o perigo do empiricismo, do artificialismo de empreendimentos econômicos, em nome do desenvolvimento, sem se levar em conta o conhecimento das especificidades de uma região praticamente desconhecida. Atento às tensões suscitadas pela divergência de posições, Julian Huxley decidiu intervir na dinâmica do projeto. O escopo do IIHA deveria ser limitado, ou o projeto transformado de forma a se constituir apenas em um instrumento de apoio à realização de determinadas pesquisas de interesse da Unesco. Para a execução desse plano, bastava o seu desenvolvimento ao longo do ano de 1948.³³

Nessa perspectiva, a direção geral lança um documento para ser discutido na reunião do comitê executivo, antes da Conferência Geral da Unesco. Nele, procurava-se reduzir o montante a ser gasto (55 mil dólares) nos desdobramentos do projeto, bem como modificar a própria natureza da atuação da Unesco, que se limitaria a funcionar

como agente catalisador, até 1948, e não mais como uma espécie de *clearing house*.³⁴

Carneiro, respaldado em lideranças latino-americanas e européias, reagiu à tentativa de alteração das regras do jogo no interior da Unesco, lançando novo documento em que reiterava as decisões tomadas em Belém. As duas propostas foram discutidas pelo conselho executivo, reunido na cidade do México, em novembro de 1947, sem se chegar a uma conclusão definitiva. O embate estaria reservado para a segunda sessão da Conferência Geral. Nela houve forte oposição, principalmente dos Estados Unidos, nas instâncias em que o projeto IIHA foi debatido, particularmente na elaboração do programa de ciências naturais e na definição do orçamento. Houve controvérsias quanto à natureza das relações entre a Unesco e o futuro Instituto da Hiléia. No caso dos representantes norte-americanos e neozelandeses, por exemplo, o IIHA deveria ser uma organização autônoma enquanto para o *lobby* latino-americano, capitaneado por Paulo Carneiro e Carlos Chagas Filho, a futura instituição deveria continuar a ser patrocinada pela Unesco. Os Estados Unidos resistiam a financiar uma instituição que ainda se constituía numa promessa. Caberia aos países latino-americanos, os maiores interessados na criação do IIHA, arcar com parte substantiva dos recursos.

Nesse sentido, importante instrumento de persuasão, que acabou por ter influência decisiva nos acontecimentos, foi a surpreendente declaração do cientista Carlos Chagas Filho de que o Congresso Nacional acabara de votar um projeto, com base no artigo 199 da Constituição, que destinava parte dos recursos da Amazônia para o IIHA. Ao fim da conferência, a promessa de verba para a continuidade do projeto girava em torno de setecentos mil dólares por um período de vinte anos. A liderança de Paulo Carneiro conseguiu garantir a destinação de 94 mil dólares para o projeto IIHA — quantia muito próxima à que fora proposta pela Conferência de Belém (cem mil dólares) — e manteve-se a prioridade do projeto IIHA para o ano de 1948.³⁵

Não obstante a vitória da proposta de Paulo Carneiro no plano dos recursos e na continuidade do projeto a Unesco redefiniu sua participação no Projeto IIHA como agente catalisador. Estabeleceu-se também o ano de 1948 como prazo limite para seu apoio a futura instituição. Aprovou-se a realização de uma conferência — que viria a ocorrer em Iquitos (Peru) — para definir a estrutura burocrático-política do IIHA, bem como as primeiras pesquisas a serem realizadas. Apontou-se também para a necessidade de se diferenciar, a curto prazo, as atividades do Lasco daquelas relativas ao IIHA, pois o escritório regional da Unesco não vinha cumprindo parte de suas funções originais. Decidiu-se, desse modo, que ele deveria ser repensado. Foi aprovada, nesse sentido, a proposta de

realização de uma Conferência de Cientistas da América Latina, em Montevideu, em setembro de 1948.³⁶

A vitória do *lobby* latino-americano teve, logo em seguida, um gosto de frustração. Finalizada a Conferência do México, constatou-se que a contrapartida brasileira, anunciada por Carlos Chagas Filho, em termos de recursos, não passava de uma carta de intenções. As medidas propostas pelo IBICC não tiveram êxito. Paulo Carneiro e Heloísa Alberto Torres esforçaram-se em manter a pressão sobre o Congresso Nacional, sem sucesso.³⁷

Concomitantemente à segunda sessão da Conferência Geral, o *staff* do Departamento de Ciências Naturais se reuniu com representantes dos países envolvidos com a proposta amazônica, para operacionalizar as medidas aprovadas na instância máxima de decisão da Unesco. Por consenso, o programa de pesquisas se iniciaria no princípio de 1948.³⁸

Desse modo, a segunda sessão da Conferência Geral do México reiterou, na perspectiva da direção geral da Unesco, o caráter mais político que científico do projeto IIHA. Tratava-se, então, de administrá-lo como tal, na medida em que estava em jogo a importante presença latino-americana nos primórdios da Unesco. Caberia, dessa maneira, contribuir para a organização legal do IIHA e dar o suporte necessário para o desenvolvimento das pesquisas definidas para o ano de 1948. Com efeito, a atuação da Unesco tinha prazo determinado. Não foi à-toa que a direção geral organizou uma força-tarefa voltada para a Conferência de Iquitos. O *lobby* sul-americano, por sua vez, foi eficiente para enfrentar aqueles que queriam restringir o escopo do projeto IIHA. Todavia, mostrou-se incapaz de administrar as contendas no *front* interno. Na Conferência de Iquitos, a questão orçamentária e a definição das pesquisas a serem realizadas pelo IIHA revelaram as rivalidades regionais, as fragilidades da base de sustentação do Instituto da Hiléia.

A Conferência de Iquitos e o primado da política

No início de 1948, a Unesco demandou da ONU um especialista em direito internacional, Oscar Sachter, com experiência de trabalho em criação de organizações internacionais, para a elaboração de um projeto de convenção que daria respaldo jurídico-político ao IIHA. Contratou o ex-ministro da Justiça e Trabalho do Peru, Luiz Alaysa Paz Soldan, como consultor especial da Unesco, durante o período de organização da Conferência de Iquitos. Destacou o engenheiro Frank Malina, assistente do diretor do Departamento de Ciências Naturais, para acompanhar o trabalho de Corner. Convocou um especialista em Direito Internacional do Departamento de Relações Exteriores, Emilio Arenales, para ser uma espécie de lobista da Unesco, reforçando assim o trabalho político junto aos Estados Unidos, países

européus e latino-americanos, além de organizações não-governamentais. No período final dos preparativos da reunião, chegou à Lima P. Mathews, especialista da Unesco em logística de conferências.³⁹

Os constantes sinais de boas-vindas ao projeto IIHA, por parte de alguns países — Bolívia, Equador, Peru, Colômbia — não passaram de atos formais e inconclusos. Instabilidade política, ausência e/ou desencontro de informações, recursos escassos, expectativas incompatíveis com as possibilidades materiais da Unesco, desconfianças acerca dos propósitos da organização intergovernamental, disputas políticas pela hegemonia do projeto, entre o Brasil e o Peru, foram ingredientes do processo de organização da Conferência de Iquitos.⁴⁰

Países como Holanda, Inglaterra e Estados Unidos não atribuíram maior importância à reunião de Iquitos, nem tampouco agências intergovernamentais. Conquanto a presença de uma ou outra personalidade sintonizada com o trabalho da Unesco ou mais especificamente com o projeto IIHA, como era o exemplo do botânico colombiano Perez-Arbelaez, o fato é que a Unesco era pouco conhecida na América Latina e mobilizava, na região, limitados recursos humanos e financeiros. Ciente desse cenário adverso, Emilio Arenales, ao chegar ao Peru, procurou convencer as autoridades do país sobre a necessidade de se fazer o encontro em Lima, em vez de Iquitos, por causa da repercussão política que poderia alcançar, evitando o erro cometido por ocasião da Conferência de Belém, que passara despercebida nos centros políticos do Brasil. Contudo, líderes políticos peruanos, articulados a elites locais, estavam convencidos da opção por Iquitos, uma cidade no coração da Amazônia peruana.⁴¹

A Conferência de Iquitos tinha três objetivos: estabelecer os parâmetros legais e financeiros da nova organização; deslanchar o funcionamento do IIHA a partir da atuação da comissão interina a ser eleita; e definir as pesquisas e os pesquisadores que viriam a participar das primeiras investigações. No tocante às responsabilidades financeiras sobre o projeto, partiu-se dos critérios de dimensão geográfica, peso político e o Produto Interno Bruto (PIB) de cada país envolvido. Definiu-se que ao Brasil caberia arcar com 50% do orçamento do IIHA.⁴²

Na discussão, foi acirrada a disputa entre os países-membros, especialmente o Brasil e o Peru, no sentido de minimizar o “custo Hiléia”. Heloísa Alberto Torres, representante do Brasil na Conferência de Iquitos, percebeu a preocupação, por parte de países sul-americanos, quanto a supostas pretensões hegemônicas do Brasil no projeto.⁴³

Coube ao etnólogo Paul Rivet, diretor do Museu do Homem, em Paris — que mantinha estreitas relações, desde o final dos anos 1920, com o Museu Nacional, e prestara importante apoio ao projeto IIHA na Conferência do México —, traçar algumas linhas gerais

para as futuras pesquisas. Seria necessário começar o mais breve possível os trabalhos de campo com grupos de pesquisadores. Rivet enfatizou o caráter focal, sem cair na armadilha de supostos grandes empreendimentos na fase inicial das atividades do IIHA. Injunções políticas influenciaram a decisão de realizar pesquisa na região do rio Huallaga (Peru), estudo que acabou conseguindo a anuência do Brasil.⁴⁴

Heloísa Alberto Torres constatou que a comissão científica constituída na Conferência de Iquitos se movimentava por caminhos estreitos, a saber: 1) o programa científico do IIHA já havia sido delineado na reunião de Belém (agosto de 1947); 2) a dotação orçamentária da Unesco já havia sido alocada para as pesquisas a serem empreendidas no ano de 1948; 3) o cronograma específico para os futuros estudos na região se deparava com um grau razoável de imprevisibilidade, na medida em que as condições de funcionamento do IIHA, em sua plenitude, a partir de 1949, dependia da ratificação da Convenção de Iquitos. Pairava a ameaça do IIHA permanecer ainda como mera comissão interina.⁴⁵

Vale ressaltar que Paulo Carneiro esteve ausente da Conferência de Iquitos. Motivos de ordem financeira foram alegados para justificar o não-comparecimento do mentor intelectual e um dos principais articuladores do projeto IIHA ao evento. Na verdade, o Itamaraty hesitava entre uma política de alinhamento incondicional aos Estados Unidos — característica da política externa do governo Dutra (Moura, 1990) —, a preocupação em não gerar conflitos com países vizinhos e a expectativa de extrair recursos da Unesco para fins de desenvolvimento regional. Por sua vez, Paulo Carneiro, pela identificação com a tradição cultural e científica francesa, e por suas posições anticolonialistas, não parecia se encaixar no modelo *policy maker* almejado pelo Itamaraty em tempos de pós-Segunda Guerra Mundial. Carneiro, por sua posição de liderança na Unesco e pelos embates em torno do projeto IIHA — inclusive desagradando a posição norte-americana — era, por certo, uma figura incômoda.⁴⁶

Os representantes dos Estados Unidos, por sua vez, durante o evento, comunicaram a decisão de o país não participar diretamente, em termos financeiros ou políticos, de uma instituição criada em solo latino-americano. No máximo, instituições do tipo *clearing house* (Rockefeller, Carnegie) poderiam apoiar o IIHA.⁴⁷ O governo norte-americano não queria se envolver num projeto voltado, cada vez mais, exclusivamente, a países sul-americanos e sujeito a processos de politização.

A reunião de Iquitos ocorreu bem próximo à IX Conferência Internacional dos Estados Americanos, realizada em abril de 1948, em Bogotá. Nela, os Estados Unidos tiveram que enfrentar seus aliados latino-americanos, que, por um lado, aceitavam a aliança militar em contexto de guerra fria, mas, por outro, relutavam em

se manter como meros fornecedores de matérias-primas, contrapondo-se, assim, à ortodoxia liberal norte-americana. Enfim, eles demandavam desenvolvimento econômico, industrialização (Moura, 1990, pp. 56-8). Pode-se inferir, desse modo, que a reunião de Iquitos, comparada com a que criou a Organização dos Estados Americanos (OEA), ocupava papel bastante secundário na agenda da política externa norte-americana.

O desdobramento imediato da reunião de Iquitos foi o encontro de Manaus, entre os dias 13 e 15 de maio de 1948. Realizado com cerca de metade dos representantes presentes na Conferência de Iquitos, a reunião da comissão interina do IIHA em Manaus ocorreu sob a égide de um paradoxo: ela só poderia funcionar legalmente após a ratificação, pelos Estados-membros, da Convenção de Iquitos, o que não ocorrera até então, fragilizando o trabalho da comissão interina. No fórum de Manaus debateram-se, também, questões relativas à administração e ao financiamento da comissão interina em 1948 e 1949, sendo Corner eleito seu secretário-executivo e Heloísa Alberto Torres sua presidente.⁴⁸

Felisberto Camargo, também ausente de Iquitos, apresentou, em Manaus, um detalhado conjunto de projetos de ordem prática e imediata a serem desenvolvidos em conjunto pelo IAN e o IIHA: produção de carnes; produção de leite; produção de cereais, leguminosas, gorduras e óleos vegetais, cacau e outras plantas alimentícias; produção de juta; exploração florestal e cultura de essências florestais, tendo em vista a produção de madeira de lei; colaboração científica. Camargo (1948) parecia jogar uma de suas últimas cartadas em tempos de escassez de recursos. Deixava clara sua perspectiva de transformar o IIHA num instrumento de desenvolvimento econômico regional, que livrasse a Amazônia das peias das elites regionais e dos entraves da burocracia federal.⁴⁹

A Unesco, de seu lado, reiterava a necessidade de diferenciar o que seriam objetivos puramente econômicos — para os quais prestaria apenas assistência técnica — dos que envolviam colaboração científica, especialmente em matéria agrônômica. Neste último caso, segundo relatório de Heloísa Alberto Torres, o IAN colocaria à disposição do IIHA “a sua biblioteca, os seus laboratórios, instalação e culturas (Belém, Belterra, Fordlândia e toda a sua rede de experimentação) e mais uma verba anual para pessoal e material. O IIHA entrará com certa quota e pessoal especializado.” Reiterava-se, portanto, alguns pontos já discutidos na Conferência de Belém.⁵⁰

Nas reuniões de Iquitos e Manaus, a imagem da Unesco oscilava entre a da organização internacional que chancelava os primórdios do IIHA, com recursos financeiros mas também com uma proposta de estrutura burocrático-política, e a de uma instituição “imperialista”, ditando normas e centralizando decisões a partir de Paris. Corner já

havia alertado, quando da análise do anteprojeto da Convenção de Iquitos, em fevereiro de 1948, que o caráter internacionalista do projeto IIHA poderia gerar uma imagem da Unesco como um agente que permitira a “intrusão estrangeira”, a “dominação estrangeira da ciência na Amazônia”. Não obstante Corner não concordasse com esta visão, vários itens do documento poderiam levar a tais interpretações. Nesse sentido, seria necessário enfatizar que o IIHA iria trabalhar com as instituições da própria região amazônica. No caso, por exemplo, do programa de pesquisa em antropologia no Brasil, caberia não apenas estabelecer convênios de cooperação com o Museu Nacional mas também com o Serviço de Proteção aos Índios, o Exército e outras instituições locais. Corner revelava também a preocupação de que as investigações contassem com a participação de pesquisadores da região. Só assim, o IIHA poderia se legitimar junto aos países amazônicos.⁵¹ Ele indicava, desse modo, aspectos políticos e científicos que fugiam à percepção da direção da Unesco. Registrava também o descompasso entre o projeto IIHA e as comunidades científicas sul-americanas. Como veremos adiante, as advertências do botânico inglês teriam conseqüências definitivas para os percalços do IIHA.

Os impasses do projeto IIHAC

Quando, em junho de 1948, Corner seguiu para Paris, a fim de fazer um balanço dos trabalhos realizados em Iquitos e Manaus e de discutir com a direção geral da Unesco o programa e o financiamento do projeto da Hiléia Amazônica, o ciclo de pesquisas encontrava-se em curso. Realizou-se expedição ao rio Huallaga, na qual participaram o zoólogo mexicano Candido Bolivar, o botânico peruano Ramón Ferreyra, o antropólogo equatoriano Anibal Buitrón e o geógrafo norte-americano Edwin Doran. Um estudo de comunidade, que serviria de suporte para pesquisas mais amplas na Hiléia Amazônica foi feito em Gurupá (Pará) pelo antropólogo norte-americano Charles Wagley, e seu orientando do curso de doutorado em antropologia da Universidade de Columbia e funcionário do Museu Nacional, Eduardo Galvão. Wagley já conhecia a Amazônia desde o final dos anos 1930 e, durante a Segunda Guerra Mundial, trabalhou para o SESP (Wagley, 1957). Finalmente, foi realizada uma pesquisa, em Washington e Bogotá, pelo botânico colombiano Enrique Perez-Arbelaez, tendo em vista a elaboração de um índice bibliográfico sobre a Hiléia Amazônica.⁵²

No início de julho de 1948, Corner seguiu para a Amazônia com o objetivo de instalar a comissão interina do IIHA e estudar as opções para erguer a sede do instituto. Hospedou-se no Palácio Rio Negro, residência oficial do governo do Amazonas, e conseguiu, junto à Associação Comercial do Amazonas, uma sala, em caráter

temporário, para o início de suas atividades. Mas logo constatou a absoluta falta de condições de trabalho, o volume de tarefas a serem executadas por um quadro reduzido de funcionários, além do profundo isolamento a que se viu relegado em Manaus.⁵³

Corner já havia requerido à direção geral da Unesco um funcionário para auxiliá-lo em seus novos desafios no Brasil. Foi indicada Célia Neves, que exercia a função de chefe do Setor de Orçamento e Administração da Unesco e gozava de imenso prestígio junto ao corpo dirigente da organização internacional. Célia Neves chegou ao Brasil em julho de 1948, com missões pouco modestas: 1) colaborar na ratificação da Convenção de Iquitos pelo Congresso Nacional; 2) recrutar pessoal para o trabalho da comissão interina; 3) estimular uma campanha na imprensa sobre o IIHA para sensibilizar o Congresso Nacional; 4) obter recursos para o projeto junto ao Congresso Nacional; 5) pleitear junto ao governo a construção de instalações do IIHA em Manaus; 6) conseguir imunidades e privilégios para os pesquisadores estrangeiros que viessem a trabalhar no IIHA; 7) preparar um plano para a contribuição do Brasil para o ano de 1949, no caso dos fundos não serem conseguidos antes do encerramento dos trabalhos do Congresso Nacional, em novembro de 1948. Secretária-executiva adjunta da comissão interina do IIHA, sediada em Manaus, Célia Neves tornou-se, de fato, uma lobista junto a parlamentares, jornalistas, intelectuais e o governo, especialmente o Itamaraty.⁵⁴

Ela deparou-se com um quadro adverso. Havia um enorme desconhecimento sobre o IIHA em diversos níveis (Imprensa, Itamaraty, IBICC). As conferências de Iquitos e Manaus tinham sido encerradas no final da primeira quinzena de maio e, até o início de setembro, o governo brasileiro desconhecia as principais decisões. Ademais, as relações entre a direção geral da Unesco, representada por Célia Neves, e a comissão interina do IIHA, presidida por Heloísa Alberto Torres, com o auxílio de Corner, tornaram-se tensas. Heloísa julgara a escolha de Neves, sem sua anuência, uma intromissão indevida por parte da Unesco, que feria a autonomia da gestão do IIHA.⁵⁵

Nos dois meses em que permaneceu no Rio de Janeiro, Célia Neves conseguiu convencer o Itamaraty a submeter a Convenção de Iquitos ao Congresso Nacional e preparou, junto com funcionários do Itamaraty, uma emenda ao orçamento nacional para cobrir a contribuição brasileira à comissão interina, no valor de 36 mil dólares. Elaborou, com Heloísa Torres e Paulo Carneiro, um projeto de lei que pleiteava 5% dos 3% do orçamento da União destinados ao desenvolvimento da Amazônia (estabelecido pelo art. 199 da Constituição de 1946) para a construção de casas e laboratórios da futura sede do IIHA em Manaus.⁵⁶

Célia Neves chegou no início de outubro a Manaus, para auxiliar Corner nos trabalhos da comissão interina. Constatou as enormes dificuldades de moradia, condições de trabalho, a ausência de pessoal qualificado na região amazônica e tomou ciência dos entraves burocráticos e problemas administrativos que barravam os recursos alocados pela Unesco para o IIHA. Permaneceu na cidade por três semanas. Em seu primeiro relatório, ressalta que “só agora percebo o absurdo da expectativa que um homem (ou dois) pudesse assumir total responsabilidade para estruturar uma organização internacional em qualquer lugar, especialmente em uma área tropical periférica como a Amazônia”. Ao retornar ao Rio de Janeiro, Neves ainda procurou persuadir membros do Congresso Nacional a ratificar a Convenção de Iquitos, sem obter sucesso.⁵⁷

Logo em seguida, Corner pediu demissão do cargo de chefe do Lasco alegando falta de apoio da Unesco. Suas exaustivas tarefas administrativas não lhe permitiam realizar o sonho de ser um botânico no laboratório amazônico. Propunha uma radical remodelação do secretariado da comissão interina e apontava, surpreso, a falta de percepção, por parte da Unesco, das dificuldades existentes em Manaus às atividades daquele órgão. Contudo, sua posição foi ambígua. Não parecia, contudo, abrir mão de sua função de secretário-executivo da comissão interina do IIHA. Investido ainda desta posição, rumou para o Rio de Janeiro no final da primeira quinzena de novembro para tratar com o ministro das Relações Exteriores, das obras a serem realizadas em Manaus e da instalação definitiva da sede do IIHA.⁵⁸

Nesse intervalo, o Departamento de Ciências Naturais da Unesco aceitou a demissão de Corner e convidou Célia Neves para assumir as funções do botânico inglês na comissão interina do IIHA, o que gerou novos desentendimentos. Heloísa, presidente da comissão interina do IIHA, descontente com a intervenção, resolveu assumir também a secretaria executiva, para que os trabalhos da direção não sofressem solução de continuidade. A seu ver, o instituto deixara de ser apenas uma promessa patrocinada pela Unesco. Era uma instituição em processo de construção sob a égide dos países latino-americanos.⁵⁹

Tem-se a impressão de que Heloísa não mantinha grandes expectativas de que o IIHA assumisse, de início, um papel de primeiro plano no cenário científico sul-americano. Soava-lhe familiar a proposta de seu amigo, o etnólogo Paul Rivet, na reunião de Iquitos, de realizar investigações em pequenos grupos em regiões bem delimitadas. Afinal, desde o final dos anos 1930 lidava com a presença de antropólogos estrangeiros e suas “expedições científicas”, junto com brasileiros, autorizadas pelo conselho de fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, no qual ela representava o Museu Nacional (Grupioni, 1999). Neste sentido,

via o IIHA como mais um canal de ampliação das atividades do Museu Nacional.

Para resolver as pendências imediatas da comissão interina e do processo de ratificação da Convenção de Iquitos — objeto de crescente controvérsia, especialmente no Congresso Nacional —, a Unesco enviou ao Brasil o físico Pierre Auger, diretor do Departamento de Ciências Naturais da Unesco, em janeiro de 1949.⁶⁰

Auger esteve com o ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, com cientistas, e em seus pronunciamentos à imprensa falou da importância científica do IIHA, do passo decisivo que seria a ratificação, pelo Brasil, da Convenção de Iquitos, das pesquisas realizadas e dos recursos já alocados pelo governo brasileiro. Reiterou, ainda, o significado da cidade de Manaus como futuro centro científico do IIHA.⁶¹

Contudo, seus contatos com a comissão interina, representada por Heloísa, não geraram fatos novos. O impasse em relação à secretária-executiva continuou, com a Unesco preocupada em escolher um cientista especializado em pesquisas tropicais e com larga experiência administrativa, para evitar determinados contratemplos da gestão Corner. De preferência seria um brasileiro, como forma de esmaecer as fortes críticas de lideranças sul-americanas ao suposto caráter “imperialista” da Unesco. Era um meio também de demonstrar a importância do país e sensibilizar as autoridades brasileiras para a necessidade de ratificação da convenção. Em contexto de crescente oposição ao projeto IIHA, o engenheiro agrônomo Álvaro Barcellos Fagundes, com doutorado pela Universidade Rutgers (Estados Unidos), provavelmente indicado por Paulo Carneiro, foi um dos nomes sugeridos, com o apoio de Auger e do ministro Raul Fernandes. Em 1949, Fagundes encontrava-se na direção do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura. Heloísa opôs-se à escolha, talvez por temer que se perpetuasse a ‘intervenção da Unesco’.⁶²

A missão Auger no Brasil não superou as dificuldades vividas pelo IIHA, seja no plano externo, com a crescente polêmica em torno da Convenção de Iquitos, seja no plano interno, não se chegando a um consenso quanto à escolha do futuro secretário-executivo do IIHA. Célia Neves permaneceu em seu cargo de secretária-executiva adjunta até fevereiro de 1949, conforme o contrato estabelecido com a Unesco.⁶³

Até o final do primeiro semestre de 1949, apenas três países (França, Equador e Colômbia) ratificaram a Convenção de Iquitos. A terceira sessão da Conferência Geral da Unesco, em Beirute, destinou 12 mil dólares para atividades de pesquisa a serem realizadas em 1949. O governo brasileiro transferiu 36 mil dólares à Unesco para as despesas com o IIHA. No entanto, a pendência em torno da ratificação da Convenção de Iquitos, em cenário pouco auspicioso,

levou a Unesco a se afastar decididamente do projeto IIHA. Em fevereiro de 1949, seu diretor-geral adjunto, o norte-americano Walter Laves, anunciava em visita aos Estados Unidos e Canadá uma série de reformulações ocorridas a partir da Conferência de Beirute. Em particular, declarava que a “Unesco tem abandonado suas funções de *international clearing house*” e que “um dos assuntos que a organização está considerando é abandonar o projeto da Hiléia Amazônica”.⁶⁴

Os impasses da comissão interina, o número limitado de países que ratificaram a Convenção de Iquitos, bem como a politização da proposta de criação do IIHA, levaram Pierre Auger a concluir, em agosto de 1949, que a missão da Unesco, no que tange ao IIHA, havia sido concluída. Um mês depois, Heloísa Alberto Torres participou da quarta sessão da Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris, como representante do Brasil e da comissão interina do IIHA. Após otimista e breve relato a respeito das possibilidades de ratificação da Convenção de Iquitos, solicitou e obteve apoio para a contratação de um etnólogo. A proposta foi aprovada sem trazer maiores conseqüências. A conferência ressaltou a importância da cooperação, em termos de informação e assistência técnica, entre a Unesco e o IIHA.⁶⁵ Mas o apoio da Unesco iria se limitar apenas à cooperação técnica. O destino do projeto estava agora em mãos nacionais.

Do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)

Em setembro de 1948, o presidente Eurico Gaspar Dutra enviou uma mensagem ao Congresso Nacional solicitando a ratificação da Convenção de Iquitos, fato que causou enorme impacto no parlamento brasileiro e na opinião pública, mobilizando militares, cientistas, jornalistas, intelectuais e entidades da sociedade civil. Radicalizaram-se as posições: de um lado, os que defendiam a importância da cooperação internacional para a Amazônia, de outro, os que concebiam o projeto IIHA como a expressão dos interesses imperialistas, não apenas sobre a região, mas também sobre o país. Artigos e dispositivos da Convenção de Iquitos eram vistos como ameaça à soberania nacional, seja em função do grau de autonomia do IIHA em relação aos Estados-membros, seja porque minimizavam o peso político do Brasil no projeto. Houve até a assinatura de um protocolo adicional ao texto original, com o aval das Forças Armadas, para dirimir quaisquer dúvidas quanto às supostas ameaças à segurança nacional. Em nome do internacionalismo, a Unesco passou, na realidade, a ser vista no debate público como agente de poderosas forças econômicas e políticas estrangeiras que procuravam criar raízes em solo amazônico. Como já pudemos observar, a partir de

extensa documentação, a agência intergovernamental estava longe de representar tais interesses. Sua liderança esforçava-se em se situar equidistante do jogo das pressões dos Estados-membros, especialmente dos Estados Unidos. Contudo, em 1951, a proposta do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica foi engavetada pelo Congresso Nacional (Crampton, 1972, caps. 6, 7).

Talvez o projeto tivesse outro destino, caso a comunidade científica brasileira tivesse sido mobilizada, de fato, para apoiar o projeto IIHA, como já havia alertado Corner à Unesco, desde o início de 1948. No contexto pós-Segunda Guerra Mundial havia uma reordenação das relações entre ciência e política e a criação de um novo cenário nas relações entre cientistas e sociedade. Em particular, verificava-se um estreitamento dos vínculos entre cientistas e militares no Brasil. Questões como a geração de conhecimento científico voltada para a produção de energia nuclear estavam no âmbito de propostas que buscavam novas bases de desenvolvimento da ciência na periferia. A comunidade dos físicos fundou, em 1949, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e, em estreita relação com os militares, criou, após dois anos, o Conselho Nacional de Pesquisas (Andrade, 1999, p. 15). Em 1948, os biólogos já haviam criado a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (Schwartzman, 1979, p. 288).

Esse movimento de institucionalização da ciência do pós-guerra tinha como esteio uma comunidade calçada em tradição advinda do IOC, do Instituto Biológico, do Instituto Butantã, da Universidade de São Paulo (USP), dos Institutos Agrônomicos e de diversas associações científicas (idem, p. 281). O processo de criação do IIHA desconsiderou essa tradição. Os principais formuladores de políticas no campo da ciência no interior da Unesco a desconheciam, não conseguindo estabelecer articulações com as instituições científicas latino-americanas, que tinham estreita interlocução com os países centrais.⁶⁶ Ademais, eles provaram ter pouca experiência e habilidade em lidar com aspectos financeiros, diplomáticos, enfim, com países como o Brasil, onde ciência e Estado mantinham estreitos laços.

Eram oscilantes, por sua vez, as posições em relação ao projeto IIHA dentro da comunidade científica brasileira. Acreditavam que a Unesco poderia alocar recursos e fortalecer suas próprias linhas de pesquisa e instituições, como foi o caso do cientista Carlos Chagas Filho. Na expectativa de ver criado o IIHA, Chagas Filho pensou “em lançar parte do ... Instituto (de Biofísica da UFRJ) em pesquisas amazônicas e, assim, havia combinado enviar junto com o (Charles) Wagley alguns rapazes para pesquisar o metabolismo básico do homem dos trópicos”. No Museu Nacional, o Instituto da Hiléia foi pomo de discórdia, refletindo tanto disputas internas suscitadas durante a gestão de Heloísa Alberto Torres quanto posições contrárias ao surgimento do IIHA, por considerá-lo uma instituição que fugia

ao controle político e científico do Estado brasileiro. Contudo, havia também entre os cientistas um clima de frustração por não serem eles os protagonistas na realização das pesquisas nem os beneficiários dos recursos alocados pelo Brasil à Unesco.⁶⁷

O Instituto da Hiléia foi objeto de discussão na Conferência de Especialistas Científicos na América Latina, realizada em Montevideu, em setembro de 1948, sob o patrocínio da Unesco. Esta reunião fazia parte do programa da organização intergovernamental e tinha, como principal objetivo, dar um novo perfil ao Latin American Scientific Cooperation Office (Lasco).⁶⁸

O fórum foi norteado pela busca de instrumentos para o desenvolvimento da ciência na América Latina por meio do fortalecimento de sua comunidade científica. Estavam presentes, como representantes do Brasil: Miguel Osório de Almeida (do IOC e vice-presidente da conferência), Joaquim Costa Ribeiro (Departamento de Física da Faculdade Nacional de Filosofia da então Universidade do Brasil e um dos articuladores da criação do CBPF) e Maurício Rocha e Silva (Instituto Biológico de São Paulo e presidente da recém-fundada Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC).

A posição brasileira era clara quanto às relações entre o Lasco e o IIHA: “(elas) devem ter o mesmo caráter das (relações) que são mantidas entre o Escritório e outras instituições científicas sul-americanas, posto que a autonomia científica, financeira e administrativa deste instituto (IIHA) foi estabelecida na reunião de Iquitos”. Maurício Rocha e Silva, no entanto, foi assaz crítico e contundente a respeito do IIHA. Para o cientista, a ausência de cooperação era um dos empecilhos mais graves para o desenvolvimento da ciência nos países latino-americanos. A falta de canais de informação entre as instituições científicas impedia que elas se inteirassem do estado da arte do trabalho científico, o que levava a avaliações imprecisas sobre a qualidade de tais instituições na região. Um programa consistente deveria basear-se num conhecimento preciso da gama de associações e instituições culturais e científicas da América Latina. A seu ver,

Este trabalho deve ser iniciado imediatamente, mesmo antes de se pensar em efetuar qualquer trabalho de importância, como o planejado para a Amazônia e que vem indicado no *memorandum* da delegação brasileira, como Hiléia Amazônica. A meu ver, o levantamento científico da Amazônia deverá ser, em grande parte, levado a cabo, com o auxílio dos nossos grandes institutos científicos, já existentes no Rio de Janeiro, São Paulo e mesmo no Norte do Brasil, para que não incorramos no erro utópico de pretender que cientistas de primeira classe se decidam a fixar residência na floresta amazônica, cortando todas as suas ligações com os centros mais importantes do país e do mundo. Como sugeriu o diretor de um dos nossos grandes institutos de São Paulo, seria cometer o erro de ‘procurar construir um grande

instituto e em seguida uma grande cidade em torno', ao invés da solução mais racional, que seria a de usar os grandes institutos já florescentes e usar as suas facilidades e técnicos, em incursões periódicas na floresta amazônica.⁶⁹

O cientista não colocava em questão a natureza do projeto, mas indagava a ausência de referências à comunidade científica nacional, à sua tradição, que se encontrava sobretudo no Sudeste do país. O “nacionalismo científico” expresso na defesa do papel das instituições e da produção científica locais sinalizava para um aspecto fundamental da inviabilidade do projeto IIHA nos termos em que foi colocado.

Todavia, o amplo debate público trouxe à tona o tema da Amazônia, abraçado pela aliança entre cientistas e militares. Após a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), em 1951, o almirante Álvaro Alberto, seu primeiro presidente, colocou na pauta da agência governamental a proposta do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), que teria por “finalidade o estudo da geologia, da flora, da fauna, da antropologia e dos demais recursos naturais e das condições de vida da região amazônica, tendo em vista o bem-estar humano e os reclamos da cultura, da economia e da segurança nacional”. Embora tivesse preocupação com a soberania nacional, o Inpa, criado em 1952 pelo decreto nº 31672, se espelhou, em grande parte, na proposta do IIHA e contou em sua gestação com a participação de diversos personagens envolvidos no projeto anterior: Paulo Carneiro, Heloísa Alberto Torres, Felisberto Camargo, Carlos Chagas Filho e Olympio da Fonseca (Fonseca, 1958, pp. 20-2; Carvalho, 1978, pp. 321-4; Weigel, 1994, caps. 4, 5; Velho, 1995, pp. 597-606).⁷⁰

Com efeito, o Inpa integrou o movimento de organização político-científica da comunidade dos cientistas brasileiros no pós-guerra. Fruto da combinação da ciência com a política, em contexto nacionalista, buscava afirmar um projeto de ciência local. Representou, em sua origem, uma espécie de último sertão a ser conquistado pela comunidade científica nacional. Ao perseguir este caminho, antecipava a nova fase do Departamento de Ciências Naturais da Unesco nos anos 1950. No contexto da guerra fria, diante da sua consolidação como agência intergovernamental e da inserção crescente em seus quadros de Estados recém-criados pelos movimentos de descolonização do pós-guerra, a Unesco estimulou a definição e implementação de políticas científicas a partir dos diversos contextos nacionais, nos quais o Estado deveria assumir papel estratégico (Finnemore, 1996, pp. 52-9). O internacionalismo científico, dos primórdios da instituição, era uma página virada da história.

Todas essas considerações finais a respeito do projeto IIHA tiveram por objetivo evitar a concepção de êxito/fracasso. De fato, em princípio, o IIHA sugere um cenário de desventuras de uma proposta de

ciência na periferia. Deve-se, no entanto, matizar a idéia de insucesso. Afinal, os acontecimentos que levaram à politização do IIHA, no final da década de 1940, geraram um efeito não previsto, na medida em que ofereceram a oportunidade de se debater uma alternativa produzida pelo mundo das contingências, ou seja, o Inpa. Sem dúvida, a Unesco foi um agente catalisador, uma espécie de eixo condutor dos encontros, embates e desencontros desse processo.

NOTAS

¹ Este artigo faz parte de uma investigação mais ampla a respeito do papel desempenhado pelas organizações internacionais no desenvolvimento da ciência no Brasil (Dept. de Pesq./COC/Fiocruz). Ele contou com a colaboração inestimável de Mário Carneiro (filho de Paulo Carneiro); Jens Boel e M. Ghander (Arquivos da Unesco em Paris); Irène Danon (da Delegação Permanente do Brasil/Unesco); Ana Maria Ribeiro de Andrade (MAST/CNPq); Nara Azevedo, Luiz Otávio Ferreira, Fernando Dumas, Flavio Edler e Gilberto Hochman (COC/Fiocruz); Ana Maria Daou (Dept. de Geografia/UFRJ); Doralice Romeiro (Museu Goeldi); Ítalo Falesi (CPATU/Embrapa/PA); Rita Queiroz (pesquisadora do Escritório Técnico da Amazônia/Fiocruz); Peter Weigel (INPA); Alexandre Taran Sobrinho (PIBIC/Fiocruz) e dos pareceristas da revista *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*.

² Algumas das informações sobre a biografia de Paulo Estevão de Berrêdo Carneiro foram extraídas das seguintes fontes: currículos nos Arquivos da Unesco; discurso do acadêmico Ivan Lins ao receber Paulo Carneiro (em *Discursos na Academia Brasileira de Letras*, 4.10.1971, Rio de Janeiro, pp. 42-88); entrevista com Paulo Carneiro (Arquivo do Museu da Imagem e do Som, 7.8.1979); entrevista com Trajano Carneiro (Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 30.9.1993); 'Depoimento sobre um amigo', Carlos Chagas Filho (*Jornal do Brasil*, 15.4.1982); entrevista com Mário Carneiro, filho de Paulo Carneiro (20.9.1995).

³ Missões Diplomáticas Brasileiras, Montevidéu, Ofícios, set.-out. 1944, 34/1/6; Missões Diplomáticas Brasileiras, Paris, Telegramas, 1945, 39/3/4, 1946, 39/3/17; Relatório de Paulo Carneiro a L. M. Souza Dantas, chefe da Delegação Brasileira à Assembléia das Nações Unidas, 24.1.1946, 4 pp. em Organização das Nações Unidas — Delegação Brasileira — Ofícios, jan.-fev. 1946, 78/4/2, Arquivo Histórico do Itamaraty [AHI].

⁴ Dasp — Série: Organização e Coordenação — Ministério da Agricultura. Caixa: Dasp 565 (1945-49), Cód. Fundo: 2C, Seção Guarda: SDE, Proc. PR 34289/45, p. 1-2, Arquivo Nacional. O projeto de Paulo Carneiro chegou ao Ministério da Agricultura no dia 17.8.1945. Cópias do texto foram encaminhadas para o Ministério da Educação e Saúde e a Comissão de Planejamento. Protocolo nº 34.209, Presidência da República, Arquivo Nacional, 1p.

⁵ Desde os anos 1930 ventilava-se a hipótese da existência de grandes jazidas de petróleo na região Norte. O Serviço Geológico e Mineralógico, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, sugeria a eventual presença do "ouro negro" na "mancha verde", crença compartilhada pela norte-americana Standard Oil. O general Júlio Caetano Horta Barbosa, primeiro diretor do Conselho Nacional de Petróleo criado em 1938, propunha o monopólio estatal do petróleo. Primo de Paulo Carneiro, o positivista Horta Barbosa teve papel de destaque no debate sobre o petróleo entre as décadas de 1930 e 1950 (Wirth, 1973, caps. 7, 8, 9). O fato é que, fosse por laços familiares, fosse por conhecimento próprio ou por questões político-ideológicas, Paulo Carneiro apontava para a viabilidade de pesquisas petrolíferas. Procurou preencher uma lacuna, ao sugerir um centro de pesquisas em Manaus, não havendo assim, a princípio, concorrência com outros órgãos do Ministério da Agricultura.

⁶ Dasp — Série: Organização e Coordenação — Ministério da Agricultura. Caixa: Dasp 565 (1945-49), Cód. Fundo: 2C, Seção Guarda: SDE, Proc. PR 34289/45, pp. 3-8. O parecer do Dasp, indeferindo o projeto de Paulo Carneiro, foi concluído no dia 21.1.1946 e arquivado em 18.2.1946.

⁷ Em carta ao fisiologista francês Henri Laugier, Paulo Duarte revelou suas preocupações com o avanço da influência norte-americana no Brasil, no campo científico, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Chamou os cientistas brasileiros envolvidos em programas de cooperação científica com os Estados Unidos de "quinta-coluna americana". Carta de Paulo Duarte a Henri Laugier, 29.1.1946, p. 3 Fundo Paulo Duarte, CEDAE/IEL/Unicamp.

⁸ Sobre Paul Le Cointe, ver também entrevista de Maria Clara Pandolfo a Lúcio Flávio Pinto (*Agenda Amazônica*, ano 1, nº 2, out. 1999, p. 5); Representações Diplomáticas Estrangeiras, França, Notas, 1945, 84/4/5, Arquivo Histórico do Itamaraty. No dia 15 de outubro de 1945 houve uma sessão do Institut Français des Hautes Études Brésiliennes, da qual fizeram parte Miguel Osório de Almeida, Rubens Borba de Moraes, José Lins do Rego, Nelson Werneck de Castro, Manoel Bandeira, Paulo Duarte e Raymond Warnier, esse último adido cultural da embaixada francesa no Brasil. Nela, Paulo Duarte confirma o acordo de princípios feito entre o etnólogo Paul Rivet e o governo francês acerca do "projeto da Hiléia Amazônica" apresentado por Paulo Carneiro. Foi acertado, entre outras questões, o envio de alguns exemplares do livro *Hiléia Amazônica*, de Gastão Cruis, à França ata da reunião do Instituto de Altos Estudos Franco-Brasileiros, 15.10.1945, 2 p., Fundo Paulo Duarte, CEDAE/IEL/Unicamp.

- ⁹ Carta de Paulo Duarte a Henri Laugier, 29.1.1946, pp. 5-6, Fundo Paulo Duarte, CEDAE/IEL/Unicamp. Foi a apresentação ('Sur les réseaux scientifiques franco-brésiliens, 1930-1950') do pesquisador Patrick Petitjean (REHSEIS/CNRS, Paris), em seminário no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), em 9.2.2000, que me chamou atenção para a proposta de criação de uma instituição científica na Amazônia chancelada pelo Institut Français des Hautes Études Brésiliennes. Sobre a política cultural francesa para o Brasil, no intervalo entre 1940 e 1944, e a atuação de Raymond Warnier, ver Suppo (1995, pp. 75-88).
- ¹⁰ Unesco/Prep. Com./Nat. Sci. Com./4, 1 p.; Unesco/Prep./Com./Natural Sci. Com./S.R.1., 31/5 e 1/6/1946, p. 3 Arquivos da Unesco.
- ¹¹ Unesco/C/Prog. Com./S.C.Nat.Sci./V.R.1, pp. 4-5; Unesco/C/Prog. Com./S.C.Nat.Sci./V.R.2, pp. 10-1 Arquivos da Unesco.
- ¹² General Conference, First Session, 1946 (Paris, 1947, pp. 272, 274), Arquivos da Unesco.
- ¹³ Carta de E. B. Worthington a J. Needham, 30.7.1947, 1 p.; carta de J. Needham a E. J. H. Corner, 31.8.1947, 1 p.; carta de E. J. H. Corner para J. Needham, 3.9.1946, 2 p.; carta de J. Needham a E. J. H. Corner, 22.12.1946, 1 p.; E. J. H. Corner (Application For Employment, 4 p., 5.3.1947) em E. J. H. Corner Papers, Arquivos da Unesco.
- ¹⁴ Carta de J. Needham a E. J. H. Corner, 22.12.1946, 1 p., em E. J. H. Corner Papers; *curriculum vitae* de Basile Malamos, 2 p.; carta de J. Needham a P. E. Longley, 21.2.1947, 1 p., em Basile Malamos Papers, Arquivos da Unesco. Existiam dúvidas quanto à incorporação de outros cientistas ao projeto. Diversos nomes foram aventados: Alfred Métraux (antropologia), A. Duke (botânica), Basile Malamos (patologia tropical) e cientistas do Museu Goeldi. Carta de E. J. H. Corner a Paulo Carneiro e Martinez Baez, 20.3.1947, 16 p., em REG 330.19 (8) A 01 I.I.H.A., Parte 1 até 31/XI/1947 (Caixa 166, pasta 1), Arquivos da Unesco.
- ¹⁵ Unesco/Cons.Exec./2ª Sess./S.R.6/1947 (rev.), 7.5.1947, pp. 1-4; Nat. Sci./Lat. Am./Hyl./1, 28.5.1947, p. 3, em REG 330.19 (8) A 01 I.I.H.A., Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1); Unesco/Cons. Exec./2ª Sess./S.R.5/1947 (rev.), 7.5.1947, pp. 13-4, Arquivos da Unesco.
- ¹⁶ Carta de Paulo Carneiro a Julian Huxley, 16.4.1947, pp. 2-3, REG 330.19 (8) A 01 I.I.H.A., Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1), Arquivos da Unesco.
- ¹⁷ Unesco/Cons.Exec./2ª Sess./S.R.5/1947 (rev.), 7.5.1947, pp. 13-4, Arquivos da Unesco; Julian Huxley, 'Memorandum on question of special consultant from Brazil for the Hylean Amazon Project', 25.4.1947, 2 p.; carta de J. Huxley a P. Carneiro, 12.5.1947, 2 p., em REG 330.19 (8) A 01 I.I.H.A., Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1), Arquivos da Unesco; sobre a inserção de Alfred Métraux na fase inicial do projeto IHA, ver Métraux (1978, pp. 193-212).
- ¹⁸ Carta de J. Huxley para E. J. H. Corner, 2.4.1947, 1 p.; carta de E. J. H. Corner a J. Huxley, 9.2.1947, 1 p.; E. J. H. Corner, Itinerary, Paris—USA—Rio de Janeiro, s. d, 2 p.; Ex.Sec./IC/IIHA/7, E. J. H. Corner, Reporte sobre el desarrollo del Proyecto de Hilea Amazônica de Unesco, 1947-48, en Sud-América presentado á La Tercera Conferencia General de la Unesco, 20.10.1948, p. 3, em REG 330.19 (8) A 01 I.I.H.A., part III b (Caixa 167, pasta 2), Arquivos da Unesco. Entre os presentes à reunião no Itamaraty, estavam: Carlos Chagas Filho, Heloísa Alberto Torres, Josué de Castro, Hilgard Sternberg, Melo Leitão, Álvaro Fagundes, João Geraldo Khulmann, Gastão Cruis, Miguel Osório de Almeida, deputado Leopoldo Peres, coronel Jaguaribe de Matos, Renato de Almeida e outros (*Jornal do Commercio*, 5.4.1947, p. 4).
- ¹⁹ Carta de Felisberto Camargo para Álvaro Fagundes, 25.8.1947, 7 p., em arquivo pessoal de Felisberto Camargo, que foi consultado por gentileza do prof. Ítalo Falesi; ver também Dean (1989, p. 162).
- ²⁰ Commission Internationale Pour La Création D'Un Institut International De L' Hylea Amazonique. Convoquée Par L'Unesco Et Le Gouvernement Brésilien À Belém do Pará, Du 13 au 18 Août 1947, 7 p. em REG 330.19 (8) A 01 I.I.H.A., Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1), Arquivos da Unesco.
- ²¹ Não há uma tradução exata para o português para a expressão *clearing house*. Uma *clearing house* não é uma agência de fomento, mas as agências de fomento funcionam como *clearing houses*, na medida em que concentram recursos, e informações, para distribuí-los. Os americanos referem-se, por vezes, às suas agências, como o Social Science Research Council (SSRC), como *clearing houses*, justamente por isso mesmo. As fundações filantrópicas, como a Fundação Ford, a Fundação Rockefeller etc., dirigem os seus recursos para o SSRC, que os repassam aos pesquisadores, laboratórios, universidades e assim por diante. O termo *clearing house* é muito mais corrente no campo das transações bancárias.
- ²² Memorandum of Instructions to dr. Corner for guidance at the Meeting of the Belem Commission, including Notes on the Agenda, 30.7.1947, 6 p., em REG 330.19 (8) A 01 I.I.H.A., Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1), Arquivos da Unesco.
- ²³ Participaram os seguintes países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Peru e Venezuela. Além da Unesco, participaram da Conferência de Belém as seguintes instituições internacionais: Organização Mundial de Saúde (OMS); Instituto Interamericano de Agricultura (IAIA); Organização para Alimentação e Agricultura (FAO); Repartição Sanitária Pan-Americana (PASB); e União Pan-Americana (PAU). Só o médico sanitariaista Fred Soper representou a OMS, IAIA, PASB, e a PAU. Estiveram presentes também cientistas de instituições norte-americanas, francesas, colombianas e venezuelanas (Museu Nacional de Washington, Jardim Botânico de Nova York, Museu de História Natural de Paris, Universidade de Caracas e Universidade de Bogotá), em Arquivos da Unesco, General Conference, Second Session, Report Presented By The International Commission For The International Hylean Institute, Paris, 26.9.1947, 2C/18, pp.1-3, Arquivos da Unesco.

- ²⁴ Projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica — Relatório da Comissão Científica Internacional reunida em Belém de 12 a 18 de agosto de 1947, pp. 16-34, em Correspondência/Diversos No Exterior/ Unesco (Delegação Brasileira)/Ofícios (recebidos)/1947-48/AHI 80/4/01.
- ²⁵ Resume of the General Proceedings of the Conference, p. 34, em REG 330.19 (8) A 01, IIHA, Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1), Arquivos da Unesco. Alfred Métraux elaborou um relatório sobre a situação bastante adversa em que se encontrava o Museu Goeldi em 1947.
- ²⁶ General Conference, Second Session, Report Presented By The International Commission For The International Hylean Institute, Paris, 26.9.1947, 2C/18, p. 11. Arquivos da Unesco.
- ²⁷ Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Cepvea), reunião em 25.8.1947, Diário do Congresso Nacional, 30.8.1947, p. 5.298; carta de Felisberto Camargo a Leopoldo Neves, 13.9.1947, 2 p., Arquivo pessoal de Felisberto Camargo; carta de Paulo Carneiro a Levi Carneiro, 9.9.1947, 2 p., Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz; carta de Paulo Carneiro a Raul Fernandes, 12.9.1947, 4 p., em Correspondência/Diversos No Exterior/ Unesco (Delegação Brasileira)/Ofícios (recebidos)/1947-48, 80/4/01, AHI; Ata da 23ª reunião do IBECC, 19.9.1947, 3 p., Arquivo do IBECC/Palácio do Itamaraty; Documento do IBECC a Cepvea, s. d., 2 p., em Correspondência/Diversos No Exterior/ Unesco (Delegação Brasileira)/Ofícios (recebidos)/1947-48, 80/4/01, AHI; Cepvea, reuniões em 3.11 e 10.11.1947, Diário do Congresso Nacional, 4 e 12.11.1947, pp. 7.643, 7.940.
- ²⁸ Carta de E. J. H. Corner a Purnell, 3.9.1947, p. 2, em REG 330.19 (8) A 01, IIHA, Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1), Arquivos da Unesco.
- ²⁹ Idem, p. 4.
- ³⁰ Cons. Exec./3rd. Sess., 24-29.7.1947; Hylean Amazon Project, p. 14; carta de F. Malina e W. Purnell a J. Needham, 1.9.1947, 3 p.; carta de E. J. H. Corner a W. Purnell, 3.9.1947, p. 6, em REG 330.19 (8) A 01, IIHA, Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1), Arquivos da Unesco.
- ³¹ Carta de J. Huxley a W. Laves, 22.9.1947, 2 p., em REG 330.19 (8) A 01, IIHA, Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1), Arquivos da Unesco.
- ³² Carta de F. Malina e W. Purnell a J. Needham, 1.9.1947, 3 p.; carta de E. J. H. Corner a W. Purnell, 3.9.1947, p. 4; carta de J. Huxley a W. Leland, 18.9.1947, p. 3; carta de J. Huxley a W. Laves, 22.9.1947, 2 p., em REG 330.19 (8) A 01, IIHA, Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1); Cons. Exec./3rd. Sess./Sr 2 (ver.), 15/9/1947, p. 4., Arquivos da Unesco.
- ³³ Alfred Métraux, que havia participado da organização da Conferência de Belém e conhecia bem a situação das instituições científicas locais, era reticente quanto ao êxito do projeto IIHA. Frente ao relatório da reunião de Belém, ele defendia a realização de um projeto interino mais realista em face de planos grandiosos. Métraux apresentou uma comunicação na sessão plenária do 28º Congresso Internacional dos Americanistas (25 a 30 de agosto de 1947) sobre o IIHA, na qual estava presente Miguel Osório de Almeida. Carta de Alfred Métraux a Heloísa Alberto Torres, 15.9.1947, 2 p., Arquivo Heloísa Alberto Torres, CCHAT; carta de F. Malina e W. Purnell a J. Needham, 1.9.1947, p. 3; carta de Paul Rivet a J. Huxley, 1.9.1947, 1 p.; carta de F. Malina a A. Métraux, 1 p., em REG 330.19 (8) A 01, IIHA, Parte 1 até 31/XII/1947, Arquivos da Unesco (Caixa 166, pasta 1). O norte-americano Walter Laves, diretor-geral adjunto da Unesco, era contra até mesmo a opção de Métraux de um projeto interino (Métraux, 1978, p. 214).
- ³⁴ General Conference, Second Session, Statement By The Director-General Concerning the Hylean Amazon Institute, Mexico City, 2 C/72, 10.11.1947, 4 p., Arquivos da Unesco.
- ³⁵ General Conference, Second Session, Report Presented By The International Commission For The International Hylean Institute, Paris, 26.9.1947, 2C/18, 20 p.; Unesco, General Conference, Second Session, International Hylean Amazon Institute, suggestion presented to the Executive Board by Paulo E. de Berredo Carneiro, Mexico City, 2C/99, 8.11.1947, 4 p.; Unesco, Executive Board, Fourth Session, Cons. Exec./e 4th Sess./SR/7, pp. 9-12; Cons. Exec./e 4th Sess./SR/7, pp. 2-8; 5.11.1947; Unesco, General Conference, Second Session, Working Party L — Natural Sciences, 2C/L/SR4, 15.11.1947, pp. 2-10; Records of the General Conference of the Unesco, Second Session, Mexico, 1947, vol.1, Proceedings. Paris, Unesco, 1949, pp. 417-20, 525-30. Arquivos da Unesco.
- ³⁶ Records of the General Conference of the Unesco, Second Session, vol. II, Resolutions, Paris, Unesco, 1949, v pp. 27-8.
- ³⁷ Carta de E. J. H. Corner a Paulo Carneiro, 26.12.1947, 1 p., Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz; carta de E. J. H. Corner para W. Purnell, 14.1.1948, 5 p.; carta de E. J. H. Corner para F. Malina, 9.2.1948, 3 p.; carta de B. Malamos para W. Purnell, 29.1.1948, 2 p.; carta de B. Malamos a W. Purnell, 4.2.1948, 2 p., em REG 330.19 (8) A 01 I.I.H.A., Part II de 1.1.1948 a 28.2.1948 (Caixa 166, pasta 2), Arquivos da Unesco, Relatório de Heloísa Alberto Torres sobre reunião com o deputado Leopoldo Peres (presidente da Cepvea) sobre o andamento da votação de projetos que beneficiariam o IIHA, 15.1.1948, 1p.; carta de Paulo Carneiro a Raul Fernandes, 10.3.1948, 3 p., em Correspondência/Diversos No Exterior/ Unesco (Delegação Brasileira)/Ofícios (recebidos)/1947-48, 80/4/01, AHI.
- ³⁸ Carta de E. J. H. Corner a J. Huxley, 2.12.1947, 2 p., Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz; carta de E. J. H. Corner a W. Purnell, 6.12.1947, 4 p., em REG 330.19 (8) A 01, International Institute of the Hylean Amazon, Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1), Arquivos da Unesco. Neste intervalo, o Latin American Scientific Cooperation Office, com o apoio da antropóloga Heloísa Alberto Torres, transferiu-se, em caráter provisório, para o Museu Nacional. Heloísa, que fazia

parte do IBECC, tornou-se, a partir da Conferência do México, o elo de ligação entre a comissão nacional da Unesco e o projeto IIHA. Ofício nº 968 de 18.12.1947, AAHCMN; Ata da 27ª reunião da Diretoria do IBECC, 2.1.1948, Arquivos do IBECC, Palácio do Itamaraty.

³⁹ Arenales' Report (Relatório sobre as Conferências de Iquitos e Manaus, provavelmente elaborado no final do 1º semestre de 1948), I — Promotion Work, pp. 6-15, em REG 330.19 (8) A 01, IIHA, Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1); E., Arenales, Unesco/Biographies/27, 10.10.1948, 1 p.; F. J., Malina, Unesco/Biographies/Secretariat, October, 1947, 1 p., Arquivos da Unesco.

⁴⁰ Carta de E. J. H. Corner a Raul Fernandes, 26.12.1947, 1 p., Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz; carta de E. J. H. Corner a W. Purnell, 19.12.1947, 3 p.; carta de E. J. H. Corner a W. Purnell, 19.12.1947, 2 p., em REG 330.19 (8) A 01, IIHA, Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1), Arquivos da Unesco.

⁴¹ Arenales' Report, I — Promotion Work, p. 7, em REG 330.19 (8) A 01, IIHA, Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1), Arquivos da Unesco; 'Instituto Internacional da Hiléia Amazônica', *Correio da Manhã*, 13.3.1948, p. 1.

⁴² Conferência Internacional para a Criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, Iquitos, 30.4.1948 a 10.5.1948, Relatório de Heloísa Alberto Torres, *Diário do Congresso Nacional*, 28.1.1949, pp. 436, 438 (este relatório foi encaminhado, inicialmente, a Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores do Brasil em 21.9.1948). Participaram da reunião de Iquitos representantes dos seguintes países: Bolívia, Brasil, Estados Unidos, Holanda, Colômbia, Equador, França, Itália, Peru e Venezuela. Ademais, algumas organizações internacionais fizeram parte do evento, tais como: Conferência Permanente de Altos Estudos Internacionais, Conselho Internacional de Instituições Científicas, Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas e União Pan-Americana. Foram na condição de observadores os seguintes países: Cuba, Inglaterra e Suíça.

⁴³ Arenales' Report, III — The Conference, pp. 3-5, em REG 330.19 (8) A 01, IIHA, Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1); E. H. J. Corner, Confidential Report on the Hylean Project, Conference at Iquitos and Manaus, 30.5.1948, pp. 5-6, em REG 330.19 (8) A 01 IIHA, Part III de 1/III/1948 a 30/VI/48 (Caixa 167, pasta 1), Arquivos da Unesco. Antes da partida para os encontros de Iquitos e Manaus, Heloísa Alberto Torres e Linco Albuquerque Melo (representantes brasileiros na reunião de Iquitos) compareceram à Comissão de Organismos Internacionais do Itamaraty para receber recomendações para a conferência. As propostas do Itamaraty seguiam as seguintes diretivas: 1) o governo desejava que a sede do IIHA fosse no Brasil; 2) a presença de um brasileiro na presidência da comissão interina; 3) a proposta a ser discutida na reunião de Iquitos não deveria exceder o valor de Cr\$ 5.000.000,00, embora o Ministério das Relações Exteriores tenha conseguido, em articulação com o Ministério da Educação e Saúde, Cr\$ 8.000.000,00 (Relatório de Heloísa Alberto Torres, pp. 436-8).

⁴⁴ General Conference, Second Session, Working Party I — Natural Sciences, 2C/L/SR4, 15.11.1947, pp. 6-7; E. H. J. Corner, Confidential Report on the Hylean Project, Conference at Iquitos and Manaus, 30.5.1948, p. 7, em REG 330.19 (8) A 01 IIHA Part III de 1/III/1948 a 30/VI/48 (Caixa 167, pasta 1); Arenales' Report, III — The Conference, pp. 5-6, em REG 330.19 (8) A 01, IIHA, Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1), Arquivos da Unesco, Arquivos da Unesco.

⁴⁵ Relatório de Heloísa Alberto Torres, p. 437.

⁴⁶ Carta de Fernando Lobo a Paulo Carneiro, 13.5.1948, 1 p.; carta de Carlos Chagas Filho a Paulo Carneiro, 24.5.1948, 1 p.; telegrama de Paulo Carneiro a Heloísa Alberto Torres, 1 p., abr. 1948, em Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz.

⁴⁷ Arenales' Report, I — Promotion Work, pp. 1-6, em REG 330.19 (8) A 01, International Institute of the Hylean Amazon, Parte 1 até 31/XII/1947, Arquivos da Unesco, Relatório de Heloísa Alberto Torres, p. 436.

⁴⁸ Relatório de Heloísa Alberto Torres, p. 437.

⁴⁹ Na introdução ao Relatório do Exercício de 1948 (Ministério da Agricultura, CNPA/IAN) do IAN, Felisberto Camargo apresenta em detalhes as dificuldades por que passava o IAN (pp. 1-10).

⁵⁰ Relatório de Heloísa Alberto Torres, p. 438.

⁵¹ Relatório de Heloísa Alberto Torres, p. 437; Arenales' Report, II — Organization of the Conference, pp. 1-7; Appendix I, p. 1; Appendix III, p. 2, em REG 330.19 (8) A 01, IIHA, Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1); carta de E. J. H. Corner para F. Malina, 18.2.1948, 6 p., em REG 330.19 (8) A 01, IIHA, Part II de 1/1/1948 a 28.2.1948 (Caixa 166, pasta 2), Arquivos da Unesco.

⁵² Ex.Sec./IC/IIHA/7, E. J. H. Corner, Reporte sobre el Desarrollo del Proyecto de Hilea Amazônica de Unesco, 1947-48, en Sud-América presentado á La Tercera Conferencia General de la Unesco, 20.10.1948, pp. 10-1, em REG 330.19 (8) a 01 I.I.H.A, Part III b (Caixa 167, pasta 2), Arquivos da Unesco.

⁵³ Carta de E. J. H. Corner a P. Auger, 23.10.1948, 2 p., em REG 330.19(8) A 01 IIHA, Part IV de 1/IX/48 a 30/XII/48 (Caixa 168, pasta 1), Arquivos da Unesco. O *staff* da comissão interina do IIHA em Manaus era composto por: E. J. H. Corner (secretário-executivo); Célia Neves (secretária-executiva adjunta); Antonio Barsante dos Santos (assistente administrativo e fiscal); W. Anthony (secretário bilingüe inglês-português); e A. Rivera (secretário bilingüe espanhol-inglês), em carta de Célia Neves a J. Huxley, 6.11.1948, p. 2, em REG 330.19 (8) A 01 IIHA Part IV de 1/IX/48 a 30/XII/48 (Caixa 168, pasta 1), Arquivos da Unesco.

- ⁵⁴ Carta de Célia Neves a J. Huxley, 6.11.1948, 8 p., em REG 330.19 (8) A 01 IIHA part IV de 1/IX/48 a 30/XII/48 (Caixa 168, pasta 1), Arquivos da Unesco. Célia Neves era funcionária do Departamento de Administração do Serviço Público (Dasp), no qual trabalhou de 1939 a 1946. Neves iniciou suas atividades na Unesco por ocasião dos trabalhos da comissão preparatória, em agosto de 1946. Ela trabalhou no setor de administração e orçamento, no qual chegou ao cargo de diretora da seção. Sobre Célia Neves, ver Application For Employment, carta de J. Huxley a Célia Neves, 25.2.1947, 2 p.; carta de J. Huxley a P. Carneiro, 24.2.1948, 1 p., em Neves Papers; carta de E. J. H. Corner a J. Huxley, 26.7.1948, 2 p.; carta de Célia Neves a E. J. H. Corner, 5.8.1948, 4 p.; em REG 330.19 (8) A 01 IIHA 18 Part III — Documents and Reports Part III de 1/VI/48 a 30/VIII/48 (Caixa 169, Pasta 1), Arquivos da Unesco.
- ⁵⁵ Carta de Célia Neves a E. J. H. Corner, 5.8.1948, 4 p., em REG 330.19 (8) A 01 IIHA 18, IIHA — Documents and Reports, Part III de 1/VI/48 a 30/VIII/48 (Caixa 169, Pasta 1) Arquivos da Unesco, carta de Célia Neves a Paulo Carneiro, 3 p., 28.12.1948, Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz.
- ⁵⁶ Este projeto chegou a ser debatido com membros da Cepvea no dia 22.9.1948 no Palácio do Itamaraty (Diário do Congresso Nacional, 24.11.1948, pp. 12.109-10, *O Jornal* [Manaus], 2.10.1948, p. 6). No orçamento de 1949 foram incluídos 36 mil dólares para o IIHA, a partir de uma articulação de Célia Neves com o deputado Amaral Murtinho, da Comissão de Finanças do Congresso Nacional, que demonstrava grande simpatia pelo projeto IIHA (carta de Célia Neves a Paulo Carneiro, p. 2, 28.12.1948, Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz).
- ⁵⁷ Carta de C. Neves a E. J. H. Corner, 6.9.1948, 3 p.; carta de Célia Neves a J. Huxley, 6.11.1948, p. 4; carta de F. Malina a Célia Neves, 9.11.1948, 2 p.; em REG 330.19 (8) A 01 IIHA Part IV de 1/IX/48 a 30/XII/48 (Caixa 168, pasta 1), Arquivos da Unesco.
- ⁵⁸ Carta de E. J. H. Corner a P. Auger, 8.11.1948, 1 p.; carta de E. J. H. Corner ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, 9.11.1948, 4 p., em REG 330.19 (8) A 01 IIHA Part IV de 1/IX/48 a 30/XII/48 (Caixa 168, pasta 1), Arquivos da Unesco.
- ⁵⁹ Carta de E. J. H. Corner à direção geral da Unesco, 8.11.1948, 1 p.; carta de F. Malina a C. Neves, 22.11.1948, 3 p.; carta de Heloísa Alberto Torres a J. Huxley, 25.11.1948, 2 p.; carta de F. Malina a P. Auger, 10.12.1948, 2 p.; carta de Jaime Torres Bodet a Heloísa Alberto Torres, 29.12.1948, 2 p.; carta de P. Auger a C. Neves, 29.12.1948, 2p., em REG 330.19 (8) A 01 IIHA Part IV de 1/IX/48 a 30/XII/48 (Caixa 168, Pasta 1); carta de Célia Neves ao Departamento de Ciências Naturais da Unesco, 11.1.1949, 5p., em REG 330.19(8) A 01 IIHA Part V — de 1.1.1949 (Caixa 168, pasta 2), Arquivos da Unesco.
- ⁶⁰ Carta de F. Malina a P. Auger, 19.1.1949, 4 p., em REG 330.19(8) A 01 IIHA Part V — de 1.1.1949 (Caixa 168, Pasta 2), Arquivos da Unesco.
- ⁶¹ *O Jornal*, 26.1.1949, p. 4; *O Estado S. Paulo*, 28.1.1949, p. 16; *Jornal de Notícias*, 27.1.1949, pp. 2, 4.
- ⁶² Carta de Célia Neves a Paulo Carneiro, 28.12.1948, p. 3, Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz; telegrama de P. Auger à Unesco, 31.1.1949, 1 p.; carta de F. Malina a C. Neves, 9.3.1949, 2 p.; carta de C. Neves a F. Malina, 23.3.1949, 2 p., em REG 330.19(8) A 01 IIHA Part V — de 1.1.1949 (Caixa 168, Pasta 2), Arquivos Unesco. Álvaro Barcelos Fagundes foi o primeiro diretor do Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco, órgão criado na gestão de Paulo Carneiro na Secretaria de Agricultura, Comércio e Indústria do governo Lima Cavalcanti. Tinha larga experiência em pesquisa e em cargos executivos no Ministério da Agricultura (Carneiro, 1935).
- ⁶³ Carta de C. Neves a F. Malina, 23.3.1949, 2 p., em REG 330.19(8) A 01 IIHA Part V — de 1.1.1949 (Caixa 168, Pasta 2), Arquivos da Unesco.
- ⁶⁴ Carta de W. Laves a P. Auger, 23.6.1948, 2 p., em REG 330.19 (8) A 01 IIHA 18, IIHA — Documents and Reports, Part III de 1/VI/48 a 30/VIII/48 (Caixa 169, Pasta 1); carta de Carlos Martins a J. T. Bodet, 4.3.1949, 1 p.; carta de J. T. Bodet a C. Martins, 21.4.1949, 1p., em REG 330.19(8) A 01 IIHA Part V — de 1.1.1949 (Caixa 168, Pasta 2); Records of the General Conference of Unesco, Third Session, Beirut 1948, vol. II, Resolutions, pp. 23, 41. Paris, Unesco, 1949; *Weekly Press Review* (Unesco), nº 8, 18.3.1949, p. 1, Arquivos da Unesco. A declaração de W. Laves teve alguma repercussão no Itamaraty, indicando, de certo modo, as desconfiças do Ministério das Relações Exteriores com o projeto IIHA, Raul Fernandes solicitou esclarecimentos de Paulo Carneiro. Este procurou minimizar as declarações de Laves, considerando que ele apenas reiterava os limites já estabelecidos pela Unesco em relação ao IIHA, compreendendo-se, assim, não haver qualquer novidade em suas afirmações. Carta de Paulo Carneiro a Raul Fernandes, 29.4.1949, 2 p., em Diversos No Exterior/Unesco (Delegação Brasileira)/Ofícios (recebidos)/1949-54 — 80/4/02, AHI.
- ⁶⁵ Carta de P. Auger a J. T. Bodet, 21.8.1949, 2 p., em REG 330.19(8) A 01 IIHA Part V — de 1.1.1949 (Caixa 168, Pasta 2); Records of the General Conference of Unesco, Fourth Session, Paris 1949, Proceedings, pp. 285, 324. Paris, Unesco, 1949; Records of the General Conference of Unesco, Fourth Session, Paris 1949, Resolutions, p. 20. Paris, Unesco, 1949, Arquivos da Unesco.
- ⁶⁶ Carta de E. J. H. Corner a W. Purnell, 3.9.1947, p. 6, em REG 330.19 (8) A 01, IIHA, Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, Pasta 1), Arquivos da Unesco; carta de Paulo Carneiro a Levy Carneiro, 9.9.1947, 2 p., Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz.
- ⁶⁷ Carta de Carlos Chagas Filho a Paulo Carneiro, 24.5.1948, 1 p., Fundo Família Carneiro, DAD/COC/Fiocruz; carta de Célia Neves à direção do Departamento de Ciências Naturais da Unesco, 11.1.1949, p. 3, em REG 330.19(8) A 01 IIHA Part V — de 1.1.1949 (Caixa 168, Pasta 2). No caso do Museu Nacional, houve aqueles que se envolveram diretamente com o projeto IIHA, como, por exemplo, o botânico Luiz Emydgio Mello. Outros, como os biólogos Darcy Albuquerque e o

entomologista Newton Dias dos Santos, se aproximaram do projeto IHA questionando o 'monopólio' da diretora do Museu Nacional sobre a proposta da Unesco. Cabe lembrar a situação de outros dois cientistas (Othon Leonardos e José Candido de Melo Carvalho), que criticavam os fundamentos internacionalistas do Instituto da Hiléia. Carta de H. Balchin para Pierre Auger, 28.7.1948, em REG 330.19 (8) A 01, IHA, Parte 1 até 31/XII/1947 (Caixa 166, pasta 1), Arquivos da Unesco; Corrêa (1997, pp. 20-4, 42-3); Carvalho (1978, pp. 321-4).

⁶⁸ Carta de P. Auger a A. Establier, 21.3.1949, 2 p., em REG 330.19(8) A 01 IHA Part V — de 1.1.1949 (Caixa 168, pasta 2), Arquivos da Unesco.

⁶⁹ Conferencia de Expertos Científicos de América Latina, Unesco, 6.9.1948. Montevideo, Imprensa Rosgal, 1949, pp. 13-4, 16-7. As palavras de Rocha e Silva surtiram algum efeito. Em outubro de 1948, Paulo Carneiro pronunciou conferência, patrocinada pela SBPC, intitulada 'A Unesco e o aproveitamento científico da Amazônia' (*Ciência e Cultura*, vol. 1, nº 1-2, p. 57).

⁷⁰ Anais da 105ª sessão do Conselho Deliberativo do CNPq em 13.8.1952, pp. 14-5 (Arquivo CNPq/MAST). Velho (1995, p. 598) indica que o INPA tem acolhido um significativo contingente de pesquisadores estrangeiros, sendo que seria a instituição científica brasileira a ter o maior número de projetos de pesquisa em parceria com instituições estrangeiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, Ana Maria
Ribeiro
1999 *Físicos, mészons e política: a dinâmica da ciência na sociedade.* São Paulo, Hucitec/Mast/CNPq.
- Bassalo, José M. F.
e Lima, Waterloo
Napoleão de
1996 'Pesquisadores franceses em Belém do Pará: Escola de Química Industrial'. Em Amélia I. Hamburguer *et alii* (orgs.), *A ciência nas relações Brasil-França.* São Paulo, Edusp/Fapesp.
- Bernardes, Arthur
1951 'Internacionalização da Amazônia com o disfarce do Instituto da Hiléia'. Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, 21p.
- Camargo, Felisberto
1948 *Sugestões para o soerguimento do vale amazônico.* Belém, s. e.
- Campos, André
Luiz Vieira de
1997 *International health policies in Brazil: the Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960.* Tese de doutoramento. Austin, The University of Texas.
- Carneiro, Paulo E.
de Berrêdo
1970 'Des faits nouveaux sur le curare et la curarisation'. *Vers un nouvel humanisme.* Paris, Seghers, pp. 5-9.
- Carneiro, Paulo E.
de Berrêdo
1951 *O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica: razões e objetivos de sua criação.* Rio de Janeiro, s. e.
- Carneiro, Paulo E.
de Berrêdo
1945 *O 'curare', veneno das flechas na Amazônia.* Lisboa, Biblioteca de Altos Estudos, 62 p.
- Carneiro, Paulo E.
de Berrêdo
1938 'Chimie biologique — les principes actifs du curare'. *Comptes Rendus des Séances de L'Academie des Sciences.* Paris, Gauthier-Villars, p. 1.202.
- Carneiro, Paulo E.
de Berrêdo
1935 'Discurso do secretário de Agricultura, Indústria e Comércio, dr. Paulo E. de Berrêdo Carneiro'. Em Instituto de Pesquisas Agronômicas. Pernambuco, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, pp. 7-14.
- Carneiro, Paulo E.
de Berrêdo
1931 *Le guarana et cupana H. B. & K. contribution a l'étude des plantes a caféine.* Paris, Jouve & Cie. Editeurs, 121p.

- Carvalho, José Candido de Melo
1978 'Obituário: Olympio Oliveira Ribeiro Fonseca (1895-1978)'.
Acta Amazônica, vol. 8, n^o 2, pp. 321-4.
- Corrêa, Mariza
1997 'D. Heloísa e a pesquisa de campo'.
Revista de Antropologia, vol. 40, n^o 1, pp. 11-54.
- Crampton, Esther L.
1972 *Brazilian nationalism and the defeat of the International Institute of the Amazon Hylea*.
Tese de doutoramento, The American University.
- Cunha, Euclides da
1922 [1909] *À margem da história*.
Porto, Livraria Lello & Irmão Editores.
- Cunha, Oswaldo R. da
1986 'Histórico do Museu Paraense Emílio Goeldi'.
Em *O Museu Paraense Emílio Goeldi*.
Belém, Banco Safra, pp. 7-19.
- D'Araújo, Maria Celina jun.
1992 'Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50'.
Revista Brasileira de Ciências Sociais, ano 7, n^o 19, pp. 40-55.
- Dean, Warren
1989 *A luta pela borracha no Brasil*.
São Paulo, Nobel.
- Elzinga, Aant
1996 'Unesco and the politics of international cooperation in the realm of science'.
Patrick Petitjean (org.), *Les sciences coloniales: figures et institutions*.
Paris, Orstom, pp. 163-202.
- Ferreira Filho, Cosme maio.
1949 'A ilusão amazônica'.
Boletim da Associação Comercial do Amazonas, ano VIII, n^o 94, pp. 3-5.
- Finnemore, Martha
1996 *National interests in international society*.
Ithaca, Cornell University Press.
- Fonseca, Olympio Oliveira Ribeiro da
1958 *Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia: Relatório Geral*.
Rio de Janeiro, s. e.
- Gama, William Nazaré Guimarães
1997 *O Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais—PDBFF (INPA/Smithsonian): uma base científica norte-americana na Amazônia*.
Dissertação de mestrado Belém/NAEA/UFPa, 223p.
- Góes Filho, Paulo de
1997 *O Brasil no biotério: o Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho e um jeito brasileiro de fazer ciência*.
Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional.
- Grupioni, Luís Donisete Benzi
1999 *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil*.
São Paulo, Hucitec/Anpocs.
- Huxley, Julian
1973 *Memories II*.
Nova York, Harper & Row.
- Maio, Marcos Chor
1998 'O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco'.
História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. 5(2), pp. 375-413.
- Maian, Pedro Sampaio
1984 'Relações econômicas internacionais do Brasil'.
Em HGCB, tomo III, vol. 4, pp. 53-106.
- Métraux, Alfred
1978 *Itinéraires 1 (1935-1953)*.
Paris, Payot.

- Moura, Gerson
1990 *O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra.*
Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 113p.
- Needham, Joseph
1949 *Science and international relations.*
Oxford, Blackwell Scientific Publications.
- Nunes, Osório
1949 *Introdução ao estudo da amazônia brasileira.*
Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- Pereira, Osny Duarte
1954 *Desnacionalização da Amazônia.*
Prefácio de Arthur Bernardes.
Rio de Janeiro, Atualidades.
- Petitjean, Patrick
1999 'Needham, Anglo-French civilities and ecumenical science'.
Em S. Irfan Habibi e Dhruv Raina, *Situating the history of science: dialogues with Joseph Needham.*
Nova Delhi, Oxford University Press, pp. 153-97.
- Reis, Arthur
Cezar Ferreira
1972 [1960] *A Amazônia e a cobiça internacional.*
4ª ed., Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana.
- Santana, José
Carlos Barreto
1998 *A contribuição das ciências naturais para o consórcio da ciência e arte em Euclides da Cunha.* Tese de doutoramento, São Paulo, Departamento de História da Universidade de São Paulo, 223p.
1946 *Science and Unesco: International Scientific Cooperation.*
Londres, The Pilot Press, 63p.
- Schwartzman, Simon
1979 *Formação da comunidade científica no Brasil.*
São Paulo, Editora Nacional/Finep.
- Sewell, James P.
1975 *Unesco and world politics: engaging in international relations.*
Princeton, Princeton University Press.
- Soper, Fred Lowe
1977 *Ventures in world health: the memories of Fred Lowe Soper.*
Washington, Pan-American Health Organization.
- Suppo, Hugo
1995 'Intelectuais e artistas nas estratégias francesas de propaganda cultural no Brasil (1940-1944)'.
Revista de História, 133, 2º semestre, pp. 75-88.
- Vargas, Getúlio D.
1941 *A nova política do Brasil — vol. VIII — ferro, carvão e petróleo (7. 8. 1940 a 9. 7. 1941).*
Rio de Janeiro, José Olympio.
- Velho, Lea
1995 *International scientific collaboration in Brazil, the case of Amazonia National Research Institute.*
Proceedings, Fifth International Conference of the International Society For Scientrometrics and Informetrics. Nova Jersey, Learned Information Inc.
1946 *Unesco and Science* (Unesco/Prep. Com./Nat.Sci. Com./12).
Londres, The Pilot Press.
- Wagley, Charles
1957 *Uma comunidade amazônica.*
São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Weigel, Peter
1994 *Ciência e desenvolvimento: dificuldade de diálogo na experiência do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).*
Dissertação de mestrado, Belém, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPa, 896p.

- Weinstein, Barbara
1993 *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920).*
São Paulo, Hucitec/Edusp.
- Werskey, Gary
1988 [1978] *The visible college: a collective biography of British scientists and
socialists of the 1930s.*
Londres, Free Association Books.
- Wirth, John
1973 *A política do desenvolvimento na era Vargas.*
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

Recebido para publicação em maio de 2000.
Aprovado para publicação em julho de 2000.